



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA
MESTRADO EM AGRONOMIA

HELDER EPIFANE RODRIGUES

EMPREENDEDORISMO FEMININO NO MEIO RURAL PARAENSE: ESTUDO COM
AGRICULTORAS FAMILIARES EM MUNICÍPIOS DO BAIXO TOCANTINS

BELÉM - PA

2020

HELDER EPIFANE RODRIGUES

EMPREENDEDORISMO FEMININO NO MEIO RURAL PARAENSE: ESTUDO COM
AGRICULTORAS FAMILIARES EM MUNICÍPIOS DO BAIXO TOCANTINS

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural da Amazônia, como parte das exigências do curso de Mestrado em Agronomia, para a obtenção do título de Mestre em Agronomia. Área de concentração: Agronomia. Linha de pesquisa: Socioeconomia, recursos naturais e desenvolvimento do agronegócio

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Souza dos Santos

BELÉM - PA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas da Universidade Federal Rural da Amazônia
Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696e Rodrigues, Helder Epifane
Empreendedorismo Feminino no Meio Rural Paraense : Estudo com Agricultoras Familiares em
Municípios do Baixo Tocantins / Helder Epifane Rodrigues. - 2020.
82 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) - Programa de PÓS-GRADUAÇÃO em Agronomia(PPGA), Campus Universitário
de Belém, Universidade Federal Rural Da Amazônia, Belém, 2020.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Souza dos Santos

1. Agricultura Familiar . 2. Análise Socioeconômica. 3. Empreendedorismo Feminino . 4. Desenvolvimento
Local. 5. Igualdade de Gênero. I. Santos, Marcos Antônio Souza dos , *orient.* II. Título

CDD 630

HELDER EPIFANE RODRIGUES

EMPREENDEDORISMO FEMININO NO MEIO RURAL PARAENSE: ESTUDO COM
AGRICULTORAS FAMILIARES EM MUNICÍPIOS DO BAIXO TOCANTINS

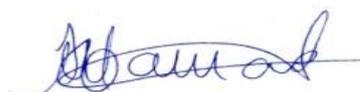
Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural da Amazônia, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Agronomia, para obtenção do título de mestre. Área de Concentração: Agronomia. Linha de Pesquisa: Socioeconomia, recursos naturais e desenvolvimento do agronegócio.

Data: 30/10/2020

Banca examinadora:



Prof. Dr. Marcos Antônio Souza dos Santos - Orientador
Universidade Federal Rural da Amazônia



Prof.ª Dr.ª Mayra Herminia Simões Hamad Farias do Couto – Avaliador 1

Universidade da Amazônia - UNAMA



Prof.ª Dr.ª Rosa de Nazaré Paes da Silva – Avaliador 2

Instituto Tecnológico Vale - ITV



Prof. Dr. Marcos Ferreira Brabo – Avaliador 3

Universidade Federal do Pará - UFPA

AGRADECIMENTOS

À Deus, por toda a força concedida diante das dificuldades e por todas as vitórias alcançadas.

À minha família, principalmente aos meus pais, Edelcio Alves Rodrigues e Ivete Epifane Rodrigues, e meus irmãos Pedro e Ivan, pelo incentivo e apoio.

À Universidade Federal Rural da Amazônia, a qual tenho muito orgulho de fazer parte.

Ao Programa de Pós-graduação em Agronomia, pela oportunidade concedida.

Ao meu orientador, Professor Marcos Antônio Souza dos Santos, pela dedicação, profissionalismo, amizade, orientação, ensinamentos e conhecimentos repassados.

Ao professor Fabrício Khoury Rebello, pelos ensinamentos transmitidos durante o curso.

A todas as mulheres da terra que lutam todos os dias para alcançar igualdade.

Aos meus tios, Edinete Cordeiro, Márcio Cordeiro e Diana Rodrigues, pelo acolhimento.

Aos meus amigos, Fernanda Santos e Lucas Gomes pelo incentivo.

Aos meus amigos do mestrado, em especial aos do grupo de pesquisa de Socioeconomia do programa de Pós-Graduação em Agronomia.

A todos os que integram a comunidade cooperativa, em especial as do município de Cametá e Igarapé Miri.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO GERAL

A igualdade de gênero e o empoderamento da mulher, objetivo presente na agenda global para o desenvolvimento sustentável do planeta, compreendem direitos fundamentais discutidos em diversos níveis. No âmbito rural, revestem-se de grande importância no sentido de garantir a redução de lacunas de gênero e a ampliação da participação da mulher, cujo cenário é fortemente pautado em relações horizontais de poder que acabam por restringir seu acesso a recursos produtivos e a direitos básicos, portanto desfavorecidas e vulneráveis. A “invisibilidade” da mulher como agente produtivo, associado a ausência de identidade ocupacional, reduzem suas liberdades individuais e resultam em menores índices de desenvolvimento. Desenvolver ações que sejam capazes de empoderar e ampliar a igualdade reforçam normas e valores cívicos e assim, contribuem para inserir mulheres no processo econômico, bem como em iniciativas empreendedoras. O objetivo geral da pesquisa foi caracterizar o perfil da mulher na agricultura familiar, tanto no âmbito regional como local, a partir de estatísticas oficiais de gênero e de dados primários coletados junto a mulheres agricultoras na região nordeste do estado do Pará, além de construir um indicador para avaliar o nível de empreendedorismo e empoderamento da mulher. Para identificação do perfil da mulher na agricultura familiar paraense utilizou-se dados do Censo Agropecuário 2017 obtidos junto ao Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Para caracterização do perfil das agricultoras familiares foram entrevistadas 40 produtoras, utilizando questionários semiestruturados divididos em 4 blocos: perfil socioeconômico; sistema de produção e comercialização; associativismo/cooperativismo e perfil empreendedor. Para criação do Índice de Empreendedorismo e Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar (IEEF) foi utilizada a Análise Fatorial Exploratória (AFE). Os dados apontaram limitações no acesso à terra e a principal forma de obtenção ocorre por meio da herança ou doação, grande percentual de mulheres produz em áreas inferiores a 2 hectares. Quando considerado a finalidade da produção mais 34% produzem para subsistência, denotando sua importância para segurança alimentar no agregado familiar. O acesso à assistência técnica e crédito é limitado, pois mais de 95% não recebem nenhum tipo de assistência e apenas 20,14 % das produtoras tiveram acesso ao crédito rural. Observou-se uma tendência de envelhecimento e masculinização do campo. Quando analisado o contexto dos municípios de Cametá e Igarapé-Miri, objetos desta pesquisa, constatou-se que os resultados espelham o panorama estadual, contudo, demonstram uma participação fundamental da mulher na complementação e até mesmo como únicas provedoras de renda familiar. Os resultados indicam que ocorre baixa participação da mulher em decisões produtivas, particularmente em etapas referentes à comercialização da produção. Isso evidencia que as cadeias produtivas da agricultura familiar nestes municípios são fortemente hierárquicas, sendo necessário maior esforço público e privado para tornar essas cadeias mais inclusivas e sensíveis ao gênero, tendo em vista o protagonismo da mulher na agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável das economias locais.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Análise socioeconômica; Amazônia; Igualdade de gênero.

ABSTRACT

Gender equality and women's empowerment, objective of the global agenda for the sustainable development of the planet, comprise fundamental rights discussed at different levels. In the rural area, it is important in order to guarantee the reduction of gender gaps and the expansion of woman participation, whose scenario is strongly guided by horizontal power relations that end up restricting their access to productive resources and rights therefore, disadvantage and vulnerable. The woman "invisibility" as a productive agent, associated with the absence of an occupational identity, reduces their individual freedom and results in lower development rates. Developing actions that are capable of empowering, expanding equality, reinforcing civic norms and values to help insert women in the economic process, as in entrepreneurial initiatives, are essential. The general objective of the research was to characterize the profile of women in family farming, both at the regional and local levels, based on official gender statistics and primary data collected from women farmers in the northeastern region of the of Pará state, in addition to make an indicator to assess the level of entrepreneurship and women's empowerment. To identify the woman's profile in family farming in Pará, data from the 2017 Agricultural Census obtained from the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA) were used. To characterize the profile of family farmers, 40 producers were interviewed, using semi-structured questionnaires splited into 4 blocks: socioeconomic profile; production and marketing system; associativism/cooperativism and entrepreneurial profile. Exploratory Factor Analysis (AFE) was used to create the Female Entrepreneurship and Empowerment Index in Family Farming (IEEF). The data imply limitations on land access, with the main form of obtaining it through inheritance or donation, a large percentage of women in areas under 2 hectares and a percentage difference of 10 points compared to men. When considering the purpose of production, more than 34% concerned with subsistence, showing its importance for food security in the household. The access to credit and technical assistance presented expressive results that configure great gaps which more than 95% do not receive any type of assistance and only 20.14% producers had access to rural credit. There was a tendency to age and masculinize the countryside. When observing the local municipalities context of Cametá and Igarapé-Miri, in large part of the results mirrored the state panorama, however, demonstrate a fundamental participation of women in complementation and even as the only source of family income. Pointed to positive responses to women's entrepreneurship empowerment effects. However, the low participation of women in productive decisions, particularly in stages related to the commercialization of production, in a general context, constitutes strongly hierarchical production chains, and it is necessary for institutions to develop policies and strategies for actions to reduce gender gaps, taking into account in view, the importance of women's work in family farming for sustainable development and for local economies with poverty reduction and increased food security.

Keywords: Family farming; Socioeconomic analysis; Amazon; Gender equality.

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO	8
	REFERÊNCIAS	12
2	MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE NO ESTADO DO PARÁ	15
	RESUMO	15
	ABSTRACT	16
2.1	Introdução	16
2.2	Metodologia	18
2.3	Resultados e discussão	20
2.4	Conclusões	37
	Referências	38
3	PERFIL SOCIOECONÔMICO DE MULHERES AGRICULTORAS EM MUNICÍPIOS DO BAIXO TOCANTINS	43
	RESUMO	43
	ABSTRACT	44
3.1	Introdução	44
3.2	Metodologia	45
3.3	Resultados e discussão	48
3.4	Conclusões	57
	Referências	58
4	EMPREENDEDORISMO FEMININO E EMPODERAMENTO DA MULHER: CONSTRUINDO UM INDICADOR E AVALIANDO O PERFIL DE PRODUTORAS RURAIS EM MUNICÍPIOS DO BAIXO TOCANTINS	62
	RESUMO	62
	ABSTRACT	62
4.1	Introdução	63
4.2	Metodologia	65
4.3	Resultados e discussão	68
4.4	Conclusões	77
	Referências	78
5	CONCLUSÕES GERAIS	82

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2015, baseado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os Estados-membros das Organizações das Nações Unidas (ONU), durante a Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável, adotaram uma nova agenda para o desenvolvimento na qual inclui os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma ação mundial em prol da erradicação da pobreza, aumento da dignidade de vida, conservação e a sustentabilidade do planeta (ONU, 2015).

Entre os objetivos ODS, está o de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Trazendo como metas: “Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão[...]”(ONU, 2016, p.9), assim como, “Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais” (ONU, 2016, p.9), entre outras que norteiam a realização de ações globais que visem seu alcance.

Alcançar esse objetivo, conforme relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento (2011), representa a redução de privações submetidas as mulheres com igual garantia de acesso a direitos básicos e ainda, como efeito instrumental, contribui com a eficiência econômica, redução da fome, entre outros resultados essenciais ao desenvolvimento, o qual, segundo Amartya Sen em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, resulta do aumento das liberdades reais com ampliação das potencialidades humanas, com maiores direitos de escolhas e acesso a recursos como educação, comunicação, entre outros importantes fatores (SEN, 2000).

Nesta lógica, o desenvolvimento também depende e perpassa por questões envolvendo as relações de gênero. De forma indissociável atingi-lo depende, portanto, de políticas estratégicas complementares que garantam acesso a direitos de maneira equitativa a todos e considere de forma holística as características de cada indivíduo, assim como as potencialidades individuais e a realidade local. Nesse contexto destaca-se a participação das mulheres que segundo Muhammad Yunus (2010), prêmio Nobel da Paz, devem ser consideradas como atores privilegiados do desenvolvimento.

No âmbito rural, a compreensão do papel da mulher na dinâmica dos sistemas locais de produção é essencial na elaboração de estratégias de desenvolvimento do ponto de vista endógeno. Isso é necessário em função das disparidades no meio agrário, causadas por

lacunas de gênero que implicam na redução de acesso a recursos produtivos, insumos e serviços, que resulta em menor participação na tomada de decisões, em barreiras na adoção de tecnologias e novas práticas pelas mulheres (GUPTA; PINGALI; PINSTRUP-ANDERSEN, 2017).

Contudo, são necessários parâmetros oficiais que dependem de um esforço por parte das instituições na captação de dados que sirvam de base na elaboração de estudos que efetivamente possam identificar características latentes, não observadas diretamente. Porém no Brasil, a mulher começou a entrar nas estatísticas oficiais apenas em 2006 (NOBRE, 2016), trazendo dados, que de forma geral, pouco captam estas variáveis segregadas por sexo, dificultando a compreensão ampla do real cenário da mulher, em especial no meio rural, devendo haver um aprimoramento da desagregação de dados por sexo.

No livro *Mulheres na agricultura: Fechando a lacuna de gênero no desenvolvimento* (Women in Agriculture Closing the gender gap for development) publicado em 2011, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), aponta para a necessidade urgente de se debater a importância da mulher na agricultura para o desenvolvimento, que modo geral, são “invisíveis” como agentes econômicos na unidade de produção, estando suas atividades produtivas não separadas do agregado familiar (FAO, 2011), não sendo reconhecidas como atores importantes dentro das cadeias produtivas de base agrária.

A problemática culmina na ampliação de lacunas e perda de direitos básicos, pautadas em um sistema pouco democrático, afetando o desenvolvimento sustentável do país como um todo. Nessas condições, conforme Putnam (2002), há a predominância de relações “verticais” que se caracterizam por relações autoritárias e de dependência. Um forte contexto da desigualdade de gênero, em especial, para realidade de pequenas produtoras em regiões mais pobres e com baixos índices de desenvolvimento humano e alta vulnerabilidade.

Diante dessas profundas assimetrias, surgem em meio a sociedade civil, movimentos denominados de terceiro setor, cooperativas de autogestão, dentre outras denominações que visam solucionar as adversidades juntos a sociedade, buscando promover maior desenvolvimento social (SANTOS, 2014), com ações voltadas a mudanças dos paradigmas locais.

Ações cooperativas dinamizam e promovem a flexibilização dos sistemas produtivos, em uma lógica endógena de desenvolvimento que se relaciona com a forma como os agentes produtivos neles estão inseridos. Conforme Barquero (2001) o uso potencial de excedentes gerados localmente depende e resulta de iniciativas exercidas pelos seus atores e a sociedade

civil, com estratégias que contribuem para transformação de suas cidades e regiões, com efeito sobre a dinâmica econômica local.

Nesse contexto de dinamização da economia que é favorecida por iniciativas exercidas por atores locais, abre-se precedente para outra linha importante, o fenômeno do empreendedorismo. No Brasil, começou a ganhar força na década de 1990, em função da implantação, já nas décadas anteriores, de cursos, programas e ações em algumas universidades como a UFSC, PUC-RJ, FGV-SP (GOMES, 2006), e entidades como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software), com o objetivo de fomentar o empreendedorismo no país (GOMES, 2006; DORNELAS, 2008).

Para os economistas, os empreendedores são essenciais ao processo de desenvolvimento econômico (BAGGIO; BAGGIO, 2014). Portanto, torna-se um ponto interessante, em meio as disparidades sociais, analisar o efeito de agentes locais, em especial considerando a agricultura familiar, que também constituem parcela correspondente a descrita por Veiga (2001), de estabelecimentos agrícolas de economia familiar multisetorial, no qual podem constituir pequenas empresas, geralmente informal, que dinamizam e estimulam comportamentos cooperativos e competitivos que diversificam as economias locais com grande potencial empreendedor.

No Brasil, as empreendedoras correspondem a cerca de 23,8 milhões de brasileiras, segundo dados da Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2018), cujas edições anteriores, também apontam para a tendência de crescimento de participação feminina. Segundo estudo do McKinsey Global Institute (2015) uma maior igualdade de gênero, na qual as mulheres tenham plena igualdade no mercado trabalho, pode gerar um efeito extremamente positivo para a economia mundial com até US\$ 28 trilhões adicionados ao PIB anual global até 2025.

Apesar de todos os entraves presentes na economia brasileira, as mulheres vêm ganhando força e criando seus próprios negócios e, além de empreender, cumprem com seu papel de mãe e dona de casa (GIMENES et al., 2017). A mulher rural que antes estava mais vinculada às atividades domésticas passou a assumir atividades apontadas, anteriormente, como “masculinas” estando presentes em diferentes processos de produção nas diferentes atividades produtivas rurais (RHEIN, 2016).

Entretanto, Gomes (2006) destaca que apesar da premissa de que o trabalho represente um bem que ascende o indivíduo na escala social, portanto, essencial na busca por independência, para as mulheres depara-se novamente na desigualdade como fator limitante sendo mais difícil alcançá-lo, visto que, histórica e socialmente estiveram restrita a tarefas do

lar. Novamente distanciando-se de processos de desenvolvimento rural com grande hierarquização e perdas de direitos. Conforme o Banco Mundial (2011), a discriminação nos mercados ou instituições societárias, as impedem de concluir sua educação, ocupar determinados cargos e ganhar os mesmos salários dos homens.

Outro fator importante e indissociável dentro da premissa do desenvolvimento e em paralelo ao contexto discriminação e perdas de direitos é o empoderamento da mulher na sociedade que é essencial para alcançar maior igualdade de gênero e consequente ampliação na participação em cargos estratégicos e de liderança. Apesar de não haver um consenso sobre o termo, empoderamento configura-se pelo aumento das capacidades de escolha em contraponto a situações, considerando a ação coletiva e a interação entre os indivíduos, que apresentam um desequilíbrio nas relações de poder na sociedade (KABEER, 2001; BAQUERO, 2006), e alcançá-lo envolve mudanças em lógicas e conjunturas sociais, econômicas dentre outras.

O empoderamento da mulher corresponde a um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação de Pequim, programa destinado ao empoderamento das mulheres, que em setembro de 1995, na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, trouxe avanços conceituais importantes a respeito do termo que realça a importância da mulher ter controle sobre o seu desenvolvimento, com responsabilidades ao governo e a sociedade de criar e dar condições necessárias ao seu empoderamento (ONU, 2014).

A ONU (2016) traz alguns princípios que são chave para alcançar maiores índices de empoderamento feminino, são eles: Estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero; Tratar todos os homens e mulheres de forma justa no trabalho; Respeitar e apoiar os direitos humanos e a não discriminação; Garantir a saúde, segurança e o bem estar de todos; Promover a educação, a formação e o desenvolvimento profissional das mulheres; Implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia de suprimentos e de marketing que empoderem as mulheres; Promover a igualdade através de iniciativas e defesa comunitária; Mediar e publicar os progressos para alcançar a igualdade de gênero. Estes princípios têm efeitos sobre a economia, pois promovem justiça social, ajudam a atingir os objetivos de desenvolvimento, garantindo a sustentabilidade e os direitos humanos e impulsiona iniciativas empreendedoras.

Assim, foi realizado um esforço para elaboração de três capítulos, considerando quatro dimensões socioeconômicas que nortearam o desenvolvimento dessa dissertação: (i) a importância da mulher na agricultura; (ii) organização social; (iii) empreendedorismo e (iv) empoderamento. O objetivo do primeiro capítulo foi caracterizar o perfil da mulher na

agricultura familiar a partir de estatísticas oficiais de gênero para o estado do Pará. Possibilita-se, portanto, uma análise das características ao vislumbrar o panorama da mulher na agricultura familiar, ao captar as conjunturas ao qual estão submetidas, visualizar lacunas quanto aos acesso a recursos produtivos e direitos básicos como educação, base para sinalizar ações necessárias por partes das instituições na elaboração de políticas de efeito assertivo voltadas a realidade da região, contribuindo com desenvolvimento sustentável no meio rural do estado. Segundo Butto, Dantas e Hora (2012) é de fundamental importância na mensuração da presença da mulher no âmbito rural, que permite qualificar a promoção de ações que visem maior igualdade de gênero.

O segundo capítulo, com o objetivo caracterizar o perfil socioeconômico de mulheres produtoras em municípios do Baixo Tocantins, permitiu compreender o papel da mulher como agente produtivo local dentro das cadeias as quais estão envolvidas, assim como apresentar uma caracterização socioeconômica e da organização social dos sistemas de participação cívica em parâmetros mais pontuais capazes de captar características mais latentes dessas mulheres no agregado familiar. E por fim, o terceiro capítulo teve por objetivo construir um indicador para aferir o nível de empreendedorismo e empoderamento da mulher e avaliar o perfil das agricultoras familiares em cooperativas em dois municípios no estado Pará.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, A. F; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, p. 25-38, jan.2014.

BANCO MUNDIAL. **World development report 2012: gender equality and development**. Washington, D.C.: World Bank, 2011. Disponível em : <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/4391>. Acesso em :22 jun.2019.

BAQUERO,R.V.A. Empoderamento: questões conceituais e metodologias. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, p. 77-93. maio/ago. 2006.

BARQUERO,V.A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.280 p.

BUTTO, A.; DANTAS, I.; HORA, K. **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.p.220.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Mulheres no Agronegócio**. Piracicaba: Cepea. 2018. Disponível em:https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_FINAL.pdf f. Acesso em: 11 set. 2019.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 256 p.

GIMENES, A. M; SOUZA, E. C; NUNES, L. C; SILVA, J. B. Mulheres empreendedoras: conquistando espaço no setor empreendedor. **Revista Eletrônica Saber**, São Paulo, v. 1, p. 1, Jan./Abr. 2017.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP, 2018. Disponível em: https://atendimento.sebrae-sc.com.br/wp-content/uploads/2019/05/1551466386GEM_2018.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.

GOMES, A.F. **Mulheres empreendedoras**. 1. Ed. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006.172 p.

GUPTA, S.; PINGALI, P.L.; PINSTRUP-ANDERSEN, P. Women's empowerment in Indian agriculture: does market orientation of farming systems matter?. **Food Security**, v.9,p. 1447–1463,nov. 2017.

KABEER, N. Reflections on the Measurement of Women's Empowerment:theory and practice.” *In*: KABEER, N. **Discussing women's empowerment:theory and Practice**,3.ed. Anne Sisask,[S.l.].2001 p.17–54.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **How advancing women's equality can add \$12 trillion to global growth**. [S. l.]. McKinsey & Company.2015. Disponível em : <https://www.mckinsey.com/featured-insights/employment-and-growth/how-advancing-womens-equality-can-add-12-trillion-to-global-growth>. Acesso em :8 nov.2020.

NOBRE, M.; Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul**. 1. ed. — Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. p.41-111.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **The state of food and agriculture**.Rome.ONU.2011.Disponível em :<http://www.fao.org/publications/sofa/2010-11/en/>. Acesso em :26 jun.2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **17 Objetivos para transformar nosso mundo**. Brasília, DF.:ONU. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 11 maio. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Brasília, DF.:ONU,2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU MULHERES. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Pequim, 1995**. Brasília, DF.: ONU Mulheres,2014. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf. Acesso em: 08 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU MULHERES. **Princípios de empoderamento das mulheres**. Brasília, DF.: ONU Mulheres ,2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf. Acesso em: 03 nov. 2019.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiencia da Itália moderna. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.p.260.

RHEIN, T. H. **Desafio da mulher na gestão das propriedades rurais familiares do município de Westfália/RS**. 2016. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Centro Universitário UNIVATES, Lajeado-RS, 2016.

SANTOS, L.M.L. **Socioeconomia**: solidariedade, economia social e as organizações em debate. 1ed. São Paulo: Atlas,2014. p176.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p 416.

VEIGA, J.E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo. v.15, n.43, p.101-119 set./out. 2001.

2 MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE NO ESTADO DO PARÁ

RESUMO

As lacunas de gênero na agricultura constituem um fator limitante ao desenvolvimento rural. A visibilidade da mulher como agente econômico e o acesso a direitos básicos são importantes na promoção de maior igualdade no campo. Indicadores com um recorte por sexo constituem instrumentos base para que governos, organizações dentre outras instituições possam desenvolver políticas, planos e programas voltados a promoção da igualdade de gênero. O objetivo do estudo foi caracterizar o perfil da mulher na agricultura familiar a partir de estatísticas oficiais para o estado do Pará. Para essa identificação, utilizou-se dados do Censo Agropecuário 2017 obtidos junto ao Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Realizou-se a tabulação e análise dos dados com auxílio do programa Microsoft Excel[®]. O método apresenta uma abordagem com recortes desagregados por sexo, as variáveis abordam características gerais, aspectos produtivos e tecnológicos, assim como, questões envolvendo associativismo, cooperativismo, acesso a assistência técnica e crédito. Entre os principais resultados, observou-se um grande percentual de desigualdade entre homens e mulheres, tanto no acesso de recursos produtivos como às políticas de crédito e assistência técnica. A população de mulheres responsáveis pela gestão dos estabelecimentos rural é predominante na faixa etária de 35 a 45 anos. O nível de escolaridade é baixo e se dedicam, principalmente, em sistemas produtivos que predominam cultivos de lavoura temporária e tendência para sistemas mais sustentáveis. Contudo, os resultados apontam para uma grande “invisibilidade” da mulher como agente econômico e produtivo e, para necessidade do desenvolvimento de políticas capazes de mitigar as lacunas de gênero e promover seu empoderamento tendo o desenvolvimento sustentável e justiça social entre seus pilares.

Palavras-chave: Igualdade de gênero; agricultura familiar; lacunas de gênero; crédito rural.

ABSTRACT

Gender gaps in agriculture are a limiting factor for rural development. The visibility of women as an economic agent and access to basic rights are important in promoting greater equality in the countryside. Indicators with a gender breakdown are basic instruments for governments, organizations and other institutions to develop policies, plans and programs aimed at promoting gender equality. The aim of the study was to characterize the profile of women in family farming based on official gender statistics for the state of Pará. For this identification, data from the 2017 Agricultural Census obtained from the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA) were used. Data were tabulated and analyzed using the Microsoft Excel® program. The method presents an approach with a gender-disaggregated approach, the variables address general characteristics, productive and technological aspects, as well as issues involving associations, cooperatives, access to technical assistance and credit. Among the main results, there was a large percentage of inequality between men and women, both in access to productive resources and to credit and technical assistance policies, a population of women predominant in the age group of 35 to 45 years and low level of schooling, labor, mainly allocated to productive systems that predominate temporary crops and tendency towards more sustainable systems. However, the results point to a great “invisibility” of women as an economic and productive agent and, for the need to develop policies capable of mitigating gender gaps and promoting their empowerment with sustainable development and social justice among its pillars.

Keywords: Gender equality; family farming; gender gaps; rural credit.

2.1 Introdução

O conceito de agricultura familiar conforme a Lei n 11.326, de 24 de julho de 2006, caracteriza agricultores que detêm pequenas propriedades e utilizam-se predominantemente da força de trabalho familiar (BRASIL, 2006). Na perspectiva de gênero e considerando a divisão dos trabalhos nos estabelecimentos, ainda que de base familiar, a mulher tem sua condição de produtora rural pouco reconhecida. Quase sempre estão submetidas a atividades consideradas “leves” muitas vezes indistinta ao trabalho doméstico e com pouca participação em decisões produtivas, exercendo atividades como - limpeza, colheita, cuidados com animais, sendo consideradas apenas ajudantes do marido e estando nesse contexto “invisíveis” (BRUMER, 2004).

A falta de reconhecimento da mulher como agente econômico dentro das cadeias de valor na agricultura amplia as desigualdades no campo. Segundo a Organização das Nações

Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2011), as lacunas de gênero presentes na sociedade, maiores para as mulheres em relação aos homens, acabam por restringir seu acesso a recursos produtivos, mercados e serviços, afetando a produtividade no setor que de forma mais ampla restringem o desenvolvimento econômico e social.

O Fórum Econômico Mundial (2020), na divulgação do índice sintético *Global Gender Gap Index* (GGI) em seu relatório sobre as desigualdades de gênero, mostrou que entre mais de 153 países, período referente ao ano de 2020, o Brasil ocupou apenas a 92ª posição. Denotando a necessidade de se avançar com estratégias na redução da desigualdade de gênero para alcançar maiores índices de desenvolvimento.

Nesse sentido, como esforço global a agenda 2030 que inclui 17 objetivos e 169 metas, assinada em 2015 pelos Estados-membros das Nações Unidas durante a Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável, tem como quinto objetivo: “alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas”, entre suas ações estão: implementar reformas que promovam igualdade de direito, acesso aos recursos econômicos, à propriedade e ao controle da terra, dentre outros tipos de bens e serviços (ONU, 2015), que assim como outras metas são altamente relevantes, em especial, considerando a realidade da mulher rural.

O fechamento de lacunas submetidas às mulheres como a ampliação do acesso aos recursos produtivos representaria um ganho de 20 a 30% de produtividade, portanto promovendo a redução da pobreza, fome e trazendo melhoria a economia de forma sustentável (FAO, 2011), com particular importância aos pequenos agricultores, pois segundo o Banco Mundial (2019), os indivíduos que vivem em áreas rurais representam um grande percentual das famílias mais pobres, e correspondem a cerca de 79% das pessoas em situação de extrema pobreza.

No entanto, atuar de forma efetiva na redução de lacunas de gênero na agricultura familiar depende de uma abordagem integrada dos sistemas produtivos e uma ampla compreensão sobre a inserção da mulher na agricultura a partir de dados que possam expressar as realidades regionais. O uso de estatísticas oficiais pode fomentar a elaboração de indicadores com esse objetivo e auxiliar no planejamento e gestão de políticas públicas que visam o desenvolvimento da região com maior representatividade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018) publicou um estudo que reforça a importância dos indicadores, e destaca dois objetivos principais para esses estudos: enriquecer o debate sobre o tema e colocar na agenda pública a igualdade de gênero como um dos eixos estruturais da formação de políticas.

Com base no exposto, o objetivo deste capítulo foi caracterizar o perfil da mulher na agricultura familiar, a partir de estatísticas oficiais de gênero para o estado do Pará, a fim de obter um panorama das características dessas mulheres, identificar lacunas e sinalizar para ações que promovam maior igualdade de gênero e contribuam para o desenvolvimento do meio rural na região.

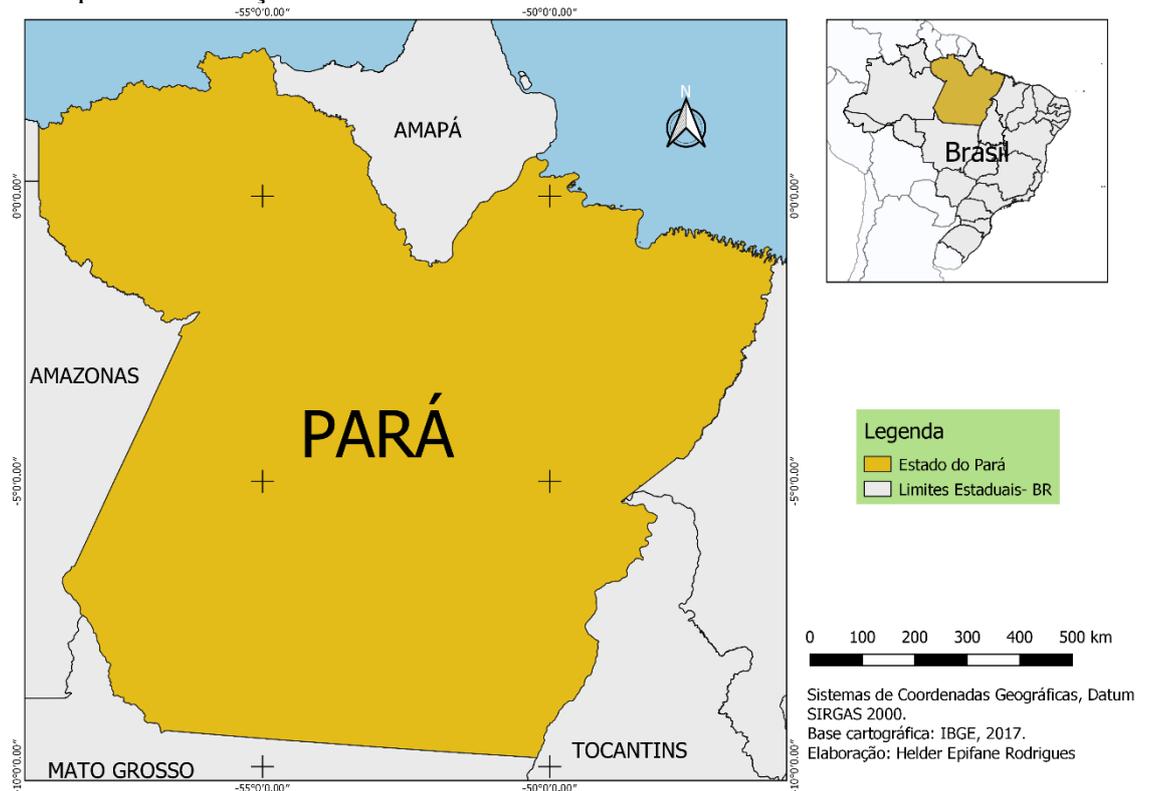
2.2 Metodologia

Área de Estudo

Os dados utilizados para o presente estudo representam um recorte agregado para o estado do Pará, localizado na região norte do Brasil, compreendendo um dos estados da Amazônia Legal. Apresenta um território de 1.245.870,798 km² divididos em 144 municípios, uma população estimada de 8.690.745 pessoas, cerca de 68% (5.191.559) da população vive na área urbana e 32% (2.389.492) no meio rural, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é classificado como médio com 0,646, porém, considerando as demais unidades da Federação, ocupa a 24^o posição no IDH do país, essa disparidade também ocorre internamente considerando a divisão regional, com maiores índices na Região Metropolitana de Belém, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), denotando a grande desigualdade no desenvolvimento das capacidades humanas no Pará como um todo.

Faz limite com os estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e com Suriname e Guiana ao extremo norte (Mapa 1).

Mapa 1– Mapa de localização do Estado do Pará.



Fonte: elaborado pelo autor.

No século XVII a agricultura paraense começou a prosperar com as lavouras de café, arroz, cana-de-açúcar, cacau e tabaco e fazendas de gado (IBGE, 2012). De acordo com dados do Censo Agropecuário 2017, entre os principais produtos agrícola atuais estão o dendê, açaí (fruto), coco-da-baía, cacau, laranja, banana, limão e pimenta-do-reino, em relação as lavouras temporárias os principais produtos são soja em grão, mandioca, feijão e milho em grão, considerando a participação da produção oriunda da agricultura familiar no estado, representa aproximadamente 23,6% da produção dos principais produtos da lavoura permanente e 27,7% para lavoura temporária, em relação a mandioca, um dos principais produtos de base alimentar das famílias paraenses, a contribuição é de 91,8% do total da produção (IBGE, 2017), que expressa a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar.

Tendo em vista a representatividade do setor, dados da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA (2017), mostram que no estado o setor agropecuário foi predominante em 32 municípios, apresentando valor adicionado de R\$ 16,7 bilhões, uma contribuição de 11,8% para economia estadual.

Coleta e análise de dados

Os dados para elaboração do estudo foram obtidos a partir do Censo Agropecuário 2017, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), a tabulação e análise foram realizadas com auxílio do programa Microsoft Excel®.

O método apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa com recorte por sexo, buscando captar características gerais, os aspectos produtivos e tecnológicos, assim como questões referentes ao associativismo, cooperativismo, acesso à assistência técnica e crédito. As variáveis abordadas para caracterização geral em torno do agricultor familiar foram: Condição em relação às terras; Forma de obtenção da terra; Faixa etária; Cor ou raça; Nível de instrução; Área média dos estabelecimentos segundo a condição do produtor familiar; Área total dos estabelecimentos; Grupos de atividades econômicas desenvolvidas; Finalidade da produção familiar. Para aspectos produtivos e tecnológicos: Utilização das terras na agricultura familiar; Ocupação da mão de obra; Tipo de mão de obra ocupada; Adoção de práticas agrícolas; Uso de insumos na agricultura familiar. Para captar a questão do associativismo, cooperativismo e assistência técnica foram realizadas a obtenção de dados com as variáveis de participação dos agricultores familiares em entidades associativas; acesso aos serviços de assistência técnica pelos agricultores familiares; Forma de obtenção de informações técnicas; Acesso ao Crédito Rural.

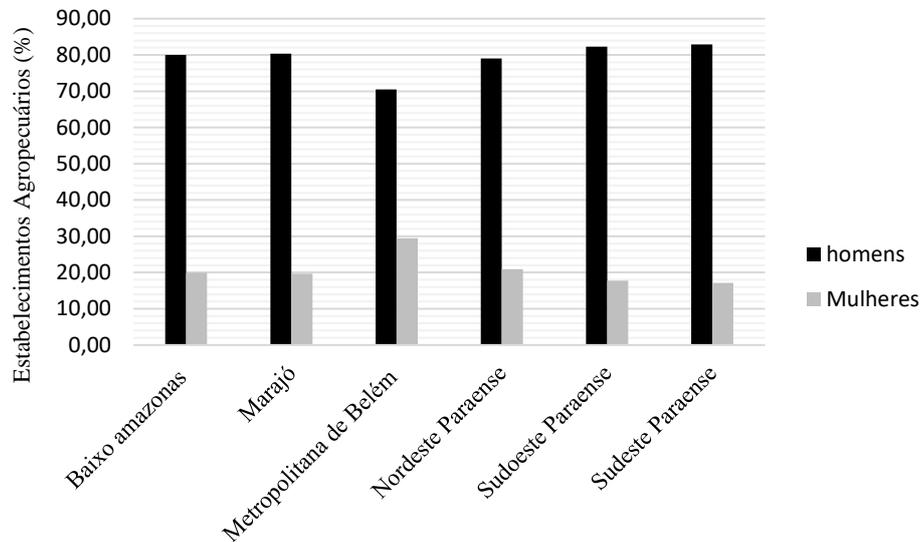
2.3 Resultados e discussão

Características gerais

No Censo Agropecuário 2017 foram identificados 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, a maior parte desses localizados nas regiões Nordeste com 45,9%, seguida pela região Sudeste com 19%, Sul com 16%, Norte com 12,3% e Centro-Oeste com 6,8%.

O cenário para o estado do Pará, considerando as mesorregiões e o sexo configura-se com predominância no número de homens e baixa participação das mulheres como responsáveis pelos estabelecimentos, o maior percentual delas próximo a 30%, apenas na região metropolitana e as demais com percentuais inferiores a 20%, como representado no gráfico 1.

Gráfico1 – Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por sexo, para cada mesorregião do estado do Pará, segundo dados do IBGE, 2017.



Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

O percentual mais expressivo de mulheres chefes de estabelecimentos ocorreu na Região Metropolitana de Belém, envolvendo principalmente a agricultura urbana periurbana. Isso deve-se ao fato de as desigualdade rural e urbano se somarem a desigualdade de gênero e ainda apoiar-se na perspectiva de que as famílias rurais são mais numerosas em relação a urbana e conseqüentemente refletindo em condições de trabalho domésticos piores para as mulheres rurais (HEREDIA; CINTRÃO, 2006) que pode contribuir para essa diferença percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por produtoras no uso do tempo como fator limitante.

Esse menor percentual no número de estabelecimentos dirigidos por mulheres, quase sempre inferiores a 20%, observado no gráfico acima, evidencia que no estado do Pará, a condição de responsável pelo estabelecimento permanece uma posição convencionalmente assumida pelo homem, fato atrelado a diversos fatores como: menor participação em posições de liderança, o papel coadjuvante e não remunerado da mulher, baixa identidade ocupacional, fatores culturais e estruturais, dentre outros, podendo denotar uma falsa percepção de menor importância relativa das mulheres para a produtividade no agregado do estado, e contribuir negativamente com a ampliação de lacunas de gênero no meio rural.

Para as mulheres, ainda que responsável pelo estabelecimento, segundo a FAO (2011), o direito de uso da terra que pode incluir algum poder de decisão sobre o processo de produção e uso do recurso, ainda assim não necessariamente representa o aproveitamento de todos benefícios derivados do seu uso. Neste sentido, a menor participação das mulheres

reforça a subordinação delas aos homens, que segundo Spanevello, Matte e Boscardin (2016), ao longo do tempo, sempre estiveram subordinadas a eles, estando quase sempre em papéis secundários dentro dos estabelecimentos.

Tabela 1 – Condição do agricultor familiar em relação às terras, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Condição em relação às terras	Homens (%)	Mulheres (%)
Próprias	86,11	85,89
Concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	4,90	4,86
Arrendadas	0,74	0,54
Em parceria	2,19	2,43
Em regime de comodato	2,50	2,68
Ocupadas	3,56	3,60
Total	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Considerando o fator condição em relação a terra, a quase totalidade do percentual de agricultores encontram-se na condição de proprietários, 86,11 % de homens e 85,89% de mulheres (Tabela 1). Em uma relação ponderada no número de homens e mulheres, observa-se que elas representam apenas 21,1% (43.878) em relação ao total de proprietários homens, esse resultado, em parte proporcional ao menor número de mulheres responsáveis pelos estabelecimentos (Gráfico 1), configuram uma tradicional relação de estereótipos de gênero sofrido por elas no acesso à terra. Em relação as demais condições, observa-se uma menor participação tanto de homens e mulheres e baixa variação na proporção de suas condições.

Outro importante aspecto para compreender o cenário de desigualdade no acesso à terra, configura-se pela sua forma de obtenção que para as mulheres ocorre, principalmente, por meio de herança ou doação em 45,52% das propriedades e em contrapartida, 46,68% dos homens adquirem as terras principalmente por compra, como observado na Tabela 2, esses dados corroboram com estudos empíricos de Deere e León (2003), no qual as mulheres tenderiam a adquirir terras, principalmente tornando-se proprietárias por herança, enquanto que o mercado fundiário corresponderia ao meio de aquisição de terras mais importante para os homens. Porém, é necessário cautela ao interpretar esse resultado, essa é a principal forma de acesso à terra para as mulheres, entretanto Brumer (2004) afirma que os filhos homens tem a prioridade de herança das terras, e não as filhas, a não ser que seu marido seja agricultor.

Tabela 2 – Forma de obtenção da terra pelo agricultor familiar, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Forma de obtenção	Homens (%)	Mulheres (%)
Compra de particular	46,68	38,65
Herança ou doação	37,7	45,52
Posse não titulada	5,42	5,41
Titulação ou licença de ocupação por reforma agrária	4,96	4,65
Concessão de direito real de uso	1,66	1,9
Usucapião	1,06	0,96
Não sabe	0,87	1,04
Titulação de comunidade quilombola	0,78	0,99
Concessão de terra indígena	0,47	0,47
Titulação por regulamentação na Amazônia legal (Programa Terra Legal)	0,24	0,29
Compra via crédito fundiário	0,15	0,11
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Somada a essas informações, Butto e Hora (2008) apontam que no código civil e nos direitos constituintes referentes aos sistemas de herança, é condicionada a mulher o direito ao acesso à terra mediante sua condição civil e a sua posição na família, afirmam que o acesso a propriedade por parte das mulheres é escasso, apresentando grande implicação quando se considera as relações estabelecidas referentes ao gênero e sinaliza para mudanças profundas nas políticas.

As disparidades também foram observadas quando considerado a área média dos estabelecimentos (hectares), em que dada a mesma condição em relação aos estabelecimentos, observa-se que há um percentual maior de mulheres em unidades de área menores quando comparadas aos homens, com a média total da área de 25,6 ha para as mulheres e 38,8 ha para os homens, como consta na Tabela 3. Esses são resultados expressivos que em última análise demonstram a desigualdade de acesso à terra no Pará, e está diretamente ligada aos menores resultados de rentabilidades e produtividades quando observado sua participação na produção agrícola.

Tabela 3 – Área média dos estabelecimentos (hectares) segundo a condição do produtor familiar, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

	Homens	Mulheres
Proprietário(a)	40,62	26,84
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	45,83	33,66
Arrendatário(a)	25,20	13,17
Parceiro(a)	14,19	9,76
Comandatário(a)	12,98	6,53
Ocupante	27,40	14,65
Total	38,76	25,62

Fonte: Censo Agropecuário 2017.

No estado como um todo, grande parte das propriedades da agricultura familiar têm áreas inferiores a 2 ha, representando pouco mais de 30% das propriedades de responsabilidade feminina, também é observado um percentual relativo de propriedades (20,21%) que apresenta área de até 50 ha, mas, de modo geral, a tendência é de que a medida que se amplia o tamanho das propriedades o percentual de homens passem a ser superior e o de mulheres inferior, tabela 4.

Na publicação da FAO (2012) intitulada *Manual sobre gênero na agricultura*, ao analisar parâmetros sobre o direito e uso da terra, o sexo configura-se como um dos fatores determinantes no acesso à terra, e as mulheres quase sempre são destinadas a lotes menores que os dos homens.

Tabela 4 – Área total dos estabelecimentos da agricultura familiar, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Grupos de área total (ha)	Homens (%)	Mulheres (%)
Menos de 2	20,2	30,35
De 2 a menos de 5	11,58	13,88
De 5 a menos de 10	8,42	8,77
De 10 a menos de 20	9,41	9,02
De 20 a menos de 50	23,2	20,21
De 50 a menos de 100	14,41	10,21
De 100 ha e mais	11,17	6,1
Produtor sem área	1,62	1,45
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Quando considerado as atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores familiares, os resultados na tabela 5 mostram que as mulheres dedicam-se, principalmente, a atividades que compreendem a lavouras temporárias (37,4%), que em geral, são bastante diversificadas, visto que, na agricultura familiar há uma grande variação produtivas, com

mão de obra predominantemente familiar, conforme diretrizes da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006).

A diversificação da produção ajuda a garantir a renda e a subsistência dos pequenos produtores e as mulheres, nesse contexto, desempenham papel essencial na melhoria da produtividade agrícola, segurança alimentar e nutricional, podendo auxiliar, portanto, na promoção de maior desenvolvimento para as famílias rurais, segundo a ONU (2015) na agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, há uma meta de dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, agricultores familiares, povos indígenas entre outros, como meio de combate à fome e a pobreza no planeta. Na região, normalmente esses pequenos agricultores produzem culturas de base alimentar, a exemplo da mandioca que no estado do Pará tem grande expressividade e contribui substancialmente para a segurança alimentar das famílias paraenses.

Observa-se uma grande percentual de mulheres (29,15%) dedicadas a pecuária e criação de animais e um percentual de 14,99% que vivem do extrativismo e da exploração de produtos florestais, estando a participação dos homens ligeiramente inferior em quase todos os grupos de atividades, contudo são resultados coerentes considerando que normalmente as mulheres exercem atividades como a coleta de sementes e o cuidado com animais, que segundo Tara Satyavathi, Bharadwaj e Brahmanand (2010), apesar de desempenhar papéis imprescindíveis em todas as esferas da atividade agrícola, participam menos em trabalhos de maior exigência física.

Considerando, de maneira mais crítica, a divisão do trabalho na agricultura familiar, estudos empíricos, mostram que apesar de toda a família ser envolvida nas atividades, na perspectiva de gênero, ao analisar o papel da mulher, destacaram que normalmente estão excluídas ou “poupadas” de atividades consideradas principais sendo direcionadas a afazeres domésticos, podendo também exercer papel auxiliar nas atividades produtivas, cujo ponto determinante na ampliação da desigualdade, ocorre por sua atividade não ser tratada como trabalho e quase sempre sem remuneração, tornando-as mais vulneráveis (BRUMER; ANJOS, 2008; SILIPRANDI, 2012; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016), estando de fora de estágios críticos como na tomada de decisões produtivas e uso de recursos (SUNDERLAND et al., 2014).

Tabela 5 – Grupos de atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores familiares, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Grupos de atividades	Homens (%)	Mulheres (%)
Produção de lavouras temporárias	35,57	37,4
Pecuária e criação de outros animais	29,01	29,15
Produção de lavouras permanentes	16,62	15,59
Produção florestal - florestas nativas	15,94	14,99
Horticultura e floricultura	1,38	1,36
Pesca	0,98	1,01
Produção florestal - florestas plantadas	0,23	0,23
Aquicultura	0,17	0,18
Produção de sementes e mudas certificadas	0,09	0,09
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Quanto à finalidade da produção, para famílias de pequenos produtores, normalmente há um contingente importante da produção voltada ao autoconsumo, relativa a características socioeconômicas e necessidade de subsistência familiar. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2019) é característico da agricultura familiar uma produção diversificada com parte destinada subsistência e outra destinada ao mercado, neste contexto, há um destaque para a importância da mulher na melhoria da qualidade de vida da família, segundo Masamha, Uzokwe e Thebe (2018) a medida que se aumenta a igualdade de gênero, com a maior participação da mulher, há um aumento da segurança alimentar, da sustentabilidade do sistema e promove-se a redução da pobreza no agregado familiar.

A esse fator em parte pode ser observado na tabela 6, constatando-se um maior percentual da produção feminina (34,85%) voltada subsistência familiar. Esse resultado pode sinalizar para uma maior preocupação da mulher com a garantia da segurança alimentar, assim como, ser resultante de efeitos intrínsecos a sua vulnerabilidade na condição de maior desigualdade quanto a comercialização da produção, menor para as mulheres (65,15%), o baixo acesso aos recursos produtivos ampliam lacunas e resultam também em menores rendimentos e conseqüentemente menor excedente para comercialização.

Tabela 6 – Finalidade da produção familiar (%), por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará

Finalidade da produção	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)
Consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor	26,89	34,85	28,58
Comercialização da produção	73,11	65,15	71,42
Total	100	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Na análise do perfil destas agricultoras, levando em conta a idade do produtor, observa-se uma relativa predominância de mulheres com mais de 35 anos, representando 22,51%, seguido da faixa etária de mais de 45 anos com percentual de 21,24%, em relação aos homens o percentual de agricultores mais velhos é ainda maior com 24,49% na faixa de idade superior a 45 anos e, um percentual pequeno de homens e mulheres mais jovens com 3,22% e 5,49% respectivamente em idades inferiores à 25 anos, tabela 7, portanto evidencia-se um contingente maior de pessoas mais velhas, fenômeno esse que segundo Boessio e Doula (2016), resulta do êxodo rural, principalmente por parte dos jovens, com tendência de envelhecimento e “masculinização” no campo.

Tabela 7 – Faixa etária dos agricultores familiares, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Faixa etária	Homens (%)	Mulheres (%)
Menor de 25 anos	3,22	5,49
De 25 a menos de 35 anos	13,52	18,28
De 35 a menos de 45 anos	23	22,51
De 45 a menos de 55 anos	24,49	21,24
De 55 a menos de 65 anos	19,77	17,82
De 65 a menos de 75 anos	11,56	10,34
De 75 anos e mais	4,43	4,32
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Além do perfil etário, compostos relativamente de mulheres mais velhas, no levantamento do perfil referentes aos extratos que compreendem a cor ou raça do agricultor familiar, indicador importante considerando a desigualdade étnico-raciais, no qual segundo IBGE (2019), as populações de cor ou raça preta ou parda, encontram-se em severas desvantagens em relação à branca em dimensões como: mercado de trabalho, distribuição de rendimento, condições de moradia, educação, violência, representação política, além de estarem em maior proporção abaixo da linha de pobreza, terem piores condições de moradia e menos acesso a bens e serviços. Nesse sentido os resultados apontaram para o percentual próximo 70% dos agricultores que se declararam de cor parda e 11,05% preta, 17% branca, amarela e indígena em percentuais inferiores a 1%, tabela 8.

Tabela 8 – Cor ou raça do agricultor familiar, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Cor ou raça	Homens (%)	Mulheres (%)
Parda	69,67	69,49
Branca	17,72	17,41
Preta	11,05	11,34
Indígena	0,91	0,99
Amarela	0,66	0,77
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Considerando o nível de instrução dos agricultores familiares, tabela 9, observou-se uma baixa escolaridade para grande maioria dos produtores no estado. Nota-se um percentual preocupante de homens e mulheres que nunca frequentaram a escola, 18,11% e 15,64 % respectivamente, e um contingente maior de produtores com apenas o nível médio, com 34,09% para os homens e 35,36% para as mulheres.

Esse fator impacta fortemente no acesso a inovações dada a baixa capacitação dos produtores que inviabilizam novas tecnologias de produção. No contexto da agricultura familiar, ganha-se particular importância por enfrentam um ambiente cada vez mais dinâmico, complexo e incerto (PETRY et al., 2019), a inovação promove a redução de custos e aumento de produção com o uso mais eficiente e racional de insumos com o emprego maior de novas práticas e/ou tecnologias (VIEIRA FILHO, 2017; COROMALDI; PALLANTE; SAVASTANO, 2015).

Há um percentual maior de mulheres com nível superior em relação aos homens, ainda que muito pequeno, de apenas 3% do total do extrato, representa uma tendência no país, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2018). Dados do Censo da Educação Superior de 2016 mostram que as mulheres já correspondem a maioria na educação superior brasileira. No âmbito rural, autores apontam para uma tendência maior da inserção das mulheres nas ciências agrárias (NOBRE, 2012; BARROS; MOURÃO, 2018), a maior capacitação e maiores níveis de educação por parte das mulheres contribui direta e indiretamente para a redução da desigualdade de gênero no meio rural.

Tabela 9 – Nível de instrução do agricultor familiar, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Nível de instrução	Homens (%)	Mulheres (%)
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	34,09	35,36
Nunca frequentou escola	18,11	15,64
Antigo primário (elementar)	15,64	13,08
Classe de alfabetização – CA	15,41	12,35
Regular de ensino médio ou 2º grau	8,75	13,52
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	3,2	3,17
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	1,96	1,71
Nível superior	1,27	3,02
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	0,67	0,79
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	0,6	0,85
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	0,18	0,24
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	0,13	0,27
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário 2017.

Esses parâmetros de caracterização são imprescindíveis na análise da realidade dessas agricultoras, apresentam efeitos interrelacionados a todos os aspectos subseqüente que configuram a relação sistêmica entre o produtor e os sistemas produtivos, com a compreensão das relações de desigualdade e lacunas presentes em particular quando considerado seus atores mais vulneráveis e que estão presentes em todas as etapas do processo produtivo.

Aspectos produtivos

Considerando os aspectos produtivos no contexto da agricultura familiar a partir das informações estruturais do setor, observa-se que no estado do Pará, em maior parte, o uso das terras pelos agricultores é destinado a áreas de pastagens, os valores percentuais para homens e mulheres são de 37,41% e 32,46% respectivamente, tabela 10. Conforme dados do Boletim Agropecuário do Pará (2017) e da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA (2017), as regiões sul e sudeste paraenses assumem o protagonismo na criação de bovinos e, considerando a distribuição de pastagem, o município de São Felix do Xingu localizado na mesorregião do Sudeste, apresenta a maior parcela no recorte de área de pasto no Pará. Que pode justificar o resultado uma vez que esse município, considerando a distribuição geográfica dos estabelecimentos, compreende a mesorregião com o segundo maior percentual no número de estabelecimentos da agricultura familiar com 21%, atrás apenas da região nordeste paraense com 41% dos estabelecimentos familiares.

Observa-se um grande percentual de áreas não utilizadas que correspondem a mata ou florestas naturais para preservação e reserva legal em percentuais para homens e mulheres de 23,65% e 25,27% respectivamente, assim como áreas preservadas de matas e/ou florestas naturais em percentuais de 11,06% para homens 10,86% para mulheres. Em parte, o percentual observado relaciona-se aos efeitos positivos do código florestal brasileiro, contudo segundo Santos e Mitja (2012) a agricultura familiar pode configurar-se como alternativa modeladora de desenvolvimento mais inclusivo e ambientalmente equilibrado. Configurando-se como alternativa mais sustentável em uma agricultura diversificada com menos externalidade negativa em detrimento ao modelo hegemônico da agricultura patronal, que segundo Dal Soglio e Kubo (2009) baseia-se na dependência cada vez maior de fertilizantes e agrotóxicos na monocultura.

Tabela 10 – Utilização das terras na agricultura familiar (%), por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Utilização das terras	Homens (%)	Mulheres (%)
Pastagens plantadas em boas condições	37,41	32,46
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	23,65	25,27
Matas e/ou florestas naturais	11,06	10,86
Outros usos*	6,54	7,66
Pastagens naturais	5,75	4,91
Pastagens plantadas em más condições	4,34	4,37
Lavouras permanentes	4,3	4,98
Lavouras temporárias	3,82	4,64
Sistemas agroflorestais	2,94	4,56
Matas ou florestas plantadas	0,15	0,25
Flores e plantas ornamentais	0,04	0,04
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Nota: (*) Inclui área de lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis.

No estado do Pará, a ocupação da mão de obra feminina está alocada, principalmente, na produção em lavouras temporárias com 38,67%, seguida de 16,24% com produção florestal e 15,11% em lavouras permanentes, tabela 11, demonstrando o importante papel da mão de obra feminina para produção destas lavouras e de tudo que é produzido pela agricultura familiar no estado. Entretanto, recebem menor remuneração conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2017), considerando a renda média do trabalho em 2010, a mulher apresentou renda 28% inferior à renda média do trabalho dos

homens. Suscitando trabalhos mais aprofundados considerando determinantes e conjunturas das relações de trabalho para mulher rural.

Tabela 11 – Ocupação da mão de obra (%) na agricultura familiar (%), por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Grupo de atividade	Homens (%)	Mulheres (%)
Produção de lavouras temporárias	36,4	38,67
Pecuária e criação de outros animais	27,54	27,2
Produção de lavouras permanentes	16,8	15,11
Produção florestal - florestas nativas	16,64	16,24
Horticultura e floricultura	1,24	1,23
Pesca	0,89	1,05
Produção florestal - florestas plantadas	0,23	0,23
Aquicultura	0,18	0,17
Produção de sementes e mudas certificadas	0,07	0,09
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Tomando como base o tipo de mão de obra ocupada, para visibilizar os dados que evidenciam a desigualdade na divisão do trabalho no âmbito da mulher, é feita a desagregação sobre pessoal ocupado com e sem laços de parentesco com o produtor, conforme Nobre (2012) o objetivo, ainda que de forma aproximada, é trazer maior visibilidade ao trabalho desempenhado pelas agricultoras.

Deste modo, observa-se que o percentual da mão de obra ocupada com laços de parentesco com o produtor é de 82,74 % para os homens, ante 87,33 % para as mulheres, tabela 12, podendo denotar uma maior afirmação da identidade ocupacional da mulher, reconhecendo-se como produtivas em suas diversas tarefas exercidas nos estabelecimentos rurais, que em sua maioria são chefiados por homens. Esse resultado conforme Brasier et al., (2014), configura um possível cenário, no qual as mulheres podem estar se identificando mais como agricultoras e tendo maior aceitação por partes da sociedade, considerando cada vez mais a importância do seu trabalho.

Tabela 12 – Tipo de mão de obra ocupada (%) na agricultura familiar, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Tipo de mão de obra ocupada	Homem (%)	Mulher (%)
Produtor e pessoas com laços de parentesco com o produtor	82,72	87,33
Trabalhadores sem laços de parentesco com o produtor	17,28	12,67
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

O entendimento da divisão social do trabalho na alocação da mão de obra feminina, importante no desenvolvimento de políticas públicas voltada a mulher agricultora familiar, compreende um dos grandes desafios contidos em dados censitários em resultados que incorporam dimensões de variáveis latentes, a recomendação conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2017), para reduzir as desigualdade e promover maiores índices desenvolvimento, consiste justamente em produzir e analisar dados de maneira detalhada e desagregada, considerando as particularidades de diferentes grupos.

Aspectos tecnológicos

Quanto à adoção de práticas agrícolas no âmbito da agricultura familiar, tabela 13, nota-se um percentual extremamente expressivo de agricultores homens e mulheres que não fazem o uso racional dos recursos, correspondendo a 44,6% dos agricultores e 45,31% de agricultoras que não adotando nenhum tipo prática agrícola. Entre as práticas de manejo e conservação mais utilizadas pelas mulheres estão: o manejo florestal com 11,51 %, pousio ou descanso de solos com 10,58% e a rotação de culturas com 7,77%. Conforme Muller et al.(2001) a adoção dessas práticas de conservação deve ser implantadas desde o início como forma de manter o potencial produtivo do solo.

Em todos os extratos observados, não há variação significativa que aponte de forma efetiva para uma predisposição maior de ambas as partes na adoção destas práticas agrícolas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2017), a baixa escolaridade e qualificação das famílias pode representar um dos motivos da falta de utilização e adoção de tecnologias, há falta de tratos culturais e o uso de práticas incorretas no sistema produtivo, resultando em perdas de produção e baixos níveis de rendimento em suas propriedades. Essas práticas compreendem inovações importantes na ampliação da produtividade e do uso sustentável do recurso, combate à fome e a desigualdade, sendo necessário maior incentivo à produção agrícola sustentável junto a esses pequenos produtores (CNM, 2016).

Em relação ao uso de insumos na agricultura familiar, tabela 14, observa-se que mais de 80% dos agricultores não utilizam adubação química ou orgânica, assim como calcário e outros corretivos que podem melhorar o ambiente do solo. Nos estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis, o percentual corresponde a 84,07%, mediante a 80,19% dos homens. Esses resultados apontam para profunda restrição de acesso a insumos pela agricultura familiar, principalmente considerando as mulheres. Segundo relatório do Banco mundial (2012), as agricultoras têm tradicionalmente menos acesso que os homens a insumos,

serviços, infraestrutura e tecnologias de produção e, afirma que a diferenças de produção, existente em função dessas lacunas de gênero desaparece quando o acesso aos insumos é levado em consideração.

Tabela 13 – Adoção de práticas agrícolas (%) na agricultura familiar, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Tipos de práticas agrícolas	Homens (%)	Mulheres (%)
Manejo florestal	11,45	11,51
Pousio ou descanso de solos	10,27	10,58
Rotação de culturas	8,49	7,77
Plantio em nível	2,01	1,77
Proteção e/ou conservação de encostas	1,44	1,19
Uso de agricultura orgânica	1,18	1,25
Recuperação de mata ciliar	0,98	0,67
Reflorestamento para proteção de nascentes	0,72	0,55
Uso de pecuária orgânica	0,5	1,51
Estabilização de voçorocas	0,27	0,32
Outra	30,48	30,59
Nenhuma	44,6	45,31

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Observa-se uma propensão maior das mulheres na utilização de adubos orgânicos se comparado ao homem, de 7,15% para as agricultoras, ante 6,17% para os agricultores, variação de cerca de 1 ponto percentual, é importante considerar que proporcionalmente as mulheres agricultoras responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários compreendem apenas 21,1% do percentual de homens, que por sua vez apresentam taxas percentuais maiores no uso de agrotóxicos e adubação química, denotando uma maior tendência das mulheres da agricultura familiar paraense na transição de modelos de produção convencional para modelos de agricultura mais sustentável.

No mundo, é crescente a tendência da participação da mulher na agricultura orgânica, com impactos importantes sobre seu empoderamento, visto que diversificam suas atividades tanto na produção vegetal como animal, no qual desempenham papel multidimensional, além de permite que apliquem seus conhecimentos tradicionais, diversifiquem sua renda, reduzam custos com insumos e ricos financeiros (NATH; ATHINUWAT, 2020).

Tabela 14 – Uso de insumos (%) na agricultura familiar, por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Uso de insumo	Homens (%)	Mulheres (%)
Não fez adubação	80,19	84,07
Uso de agrotóxicos	15,41	10,2
Adubação química	7,82	5,07
Adubação orgânica	6,17	7,15
Adubação química e orgânica	4,95	3,1
Calcário e outros corretivos	4,39	2,75

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Contudo, para que a agricultura familiar atinja maiores níveis de desenvolvimento sustentável, necessita-se que ocorra maior resiliência e envolvimento de seus atores no sentido de ampliação da organização social no combate à desigualdade de gênero.

Associativismo, cooperativismo e assistência técnica

Considerando a participação das agricultoras em entidades associativas, tabela 15, no Pará as principais formas de organização social são as entidades de classe e sindicatos com o maior percentual de mulheres associadas com 33,25%, seguida Associação/movimento de produtores com 10,15%. Conforme Almeida (2010) O estado é marcado por movimentos e pela luta sindical, com forte presença da Igreja Católica a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) na formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, associações e cooperativas, especialmente na região que compreende o Baixo Tocantins. De modo comparativo, não houve grandes variações nos extratos em relação a participação de homens e mulheres nas demais organizações, que em sua maioria apresentaram percentuais relativamente baixos para ambos os casos.

No contexto estadual, esses parâmetros são importantes e expressam o nível de organização social que essas agricultoras apresentam. Conforme United Nations Development Programme - UNDP (2016) as instituições sociais organizadas, como cooperativas, comunidade, clubes sociais dentre outros, promovem maiores índices de desenvolvimento humano ao ampliar liberdades individuais, especialmente entre as pessoas mais marginalizadas, como efeito potencial das capacidades coletivas.

Dessa forma, a organização social das mulheres em cooperativas e outros sistemas de participação cívica são essenciais para formação de uma sociedade com maior igualdade de gênero e maior desenvolvimento econômico, social e ambiental. Podendo estas entidades atuar em comunidades locais com uma ferramenta catalizadora de resultados por meio de

trabalho conjunto e, de metas comuns por parte dos agricultores, sendo segundo Putnam (2002) essencial reforçar normas e valores da comunidade cívica, e fortalecer hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, visto que, favorecem a formação de sociedades mais democráticas.

Tabela 15 – Participação dos agricultores familiares (%), por sexo do responsável do estabelecimento, em entidades associativas no estado do Pará

Entidade associativa	Homens (%)	Mulheres (%)	Média Geral (%)
Entidade de classe/sindicato	30,18	33,25	30,83
Associação/movimento de produtores	10,31	9,56	10,15
Associação de moradores	4,61	6,35	4,98
Cooperativa	1,91	1,55	1,83

Fonte: Censo Agropecuário 2017.

Contudo, em uma sociedade mais participativa e organizada, como efeito, há maior acesso a políticas e assistência por parte dos órgãos gestores, uma vez que segundo Putnam (2002), contribuem para a estabilidade do governo democrático, com efeitos internos sobre os indivíduos e externos sobre a sociedade. Portanto, um importante instrumento também na redução de restrições sofridas por mulheres no ambiente rural.

Na agricultura familiar o acesso aos serviços de assistência técnica pelos agricultores, tabela 16, é extremamente limitado, quase inexistente, com 94,89% dos homens e 95,87% das mulheres sem nenhum tipo assistência. O acesso a esses serviços é fundamental, visto que, a insuficiência e, em muitos casos, a ausência da assistência técnica configura-se com um importante “gargalo” para agricultura familiar no estado.

Considerando os demais órgãos, há um percentual muito baixo de famílias, inferior a 6%, que recebem assistência de outras entidades. Segundo Nobre (2012), essa realidade é global, a partir dos dados de países em desenvolvimento, constatou que os produtores tem pouco acesso aos serviços de extensão, estando as mulheres ainda em pior situação.

Tabela 16 – Acesso aos serviços de assistência técnica pelos agricultores familiares (%), por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Acesso aos serviços de assistência técnica	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)
Não recebe	94,89	95,87	95,1
Recebe	5,11	4,13	4,9
Entidades governamentais	3,07	2,82	3,02
Própria ou do próprio produtor	0,86	0,49	0,78
Cooperativas, empresas integradoras e consultorias	0,73	0,49	0,68
Outra*	0,45	0,33	0,42
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Nesse contexto, também é imprescindível a capacitação dos agricultores e ampliação do acesso à informação. De forma geral, a principal fonte de informações técnicas destes produtores ocorre por meio da televisão e rádio, com 35,66% e 24,43% para os homens e de 34,77% e 23,26% para as mulheres, tabela 17. A falta de acesso a informações, também contribui para a ampliação das lacunas de gênero, influenciando o grau de empoderamento das mulheres.

Tabela 17 – Forma de obtenção de informações técnicas recebidas pelos agricultores familiares (%), por sexo do responsável do estabelecimento, estado do Pará.

Formas de acesso às informações técnicas	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)
Televisão	35,66	34,77	35,48
Rádio	24,43	23,26	24,18
Internet	3,05	2,75	2,99
Revistas	1,28	1,22	1,27
Jornais	2,03	1,68	1,96
Reuniões técnicas/Seminários	5,12	4,9	5,07
Outra forma	26,11	25,71	26,03
Não obtém informações técnicas	38,71	40,92	39,18

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Em relação ao acesso a políticas de crédito pelas agricultoras familiares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no período do ano de 2019, constatou-se que do total de beneficiários, as mulheres representaram um percentual muito pequeno de apenas 20,14%. De forma estratificada por setor, do valor total de R\$72.334.298,42 destinados às agricultoras, 73,56% foram direcionados para pecuária e 26,44% para investimentos no setor agrícola, tabela 18.

Entre os fatores intrínsecos da dificuldade de acesso ao crédito pela agricultura familiar, para as mulheres somasse também fatores críticos moldados pelas relações de gênero que contribuem para essa pequena participação de mulheres como tomadoras de crédito. Segundo Siliprandi (2012) em uma conjuntura de relações desequilibradas de poder, precariedade de informações, assistência técnica, restrições de uso e acesso à terra e a instrumentos de produção, a falta de remuneração e de identificação da mulher como produtora rural, atrelados as dificuldades de obtenção registro profissional entre outros fatores dificultam acesso a benefícios sociais e a políticas de apoio à agricultura para agricultoras, fazendo com que esses sejam quase sempre apropriados apenas por homens o que amplia as desigualdades presentes nas relações de gênero.

É importante destacar que, nesse contexto, o crédito rural se configura como um importante fator de redução da privação de acesso a recurso, além de, segundo Souza, Santos

e Rebello (2018) ser um instrumento de desenvolvimento, contribuindo para a eficiência produtiva e potencialização, resultando em maiores níveis de rentabilidade e sustentabilidade, ampliando a segurança alimentar e a qualidade de vida das populações rurais.

Tabela 18 – Percentual de Homens e mulheres que tiveram acesso ao Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf, por setor e por sexo dos responsáveis – Pará 2019.

Acesso a crédito	Homem	Homem (%)	Mulher	Mulher (%)
Agrícola	R\$62.492.678,38	21,79	R\$19.127.874,33	26,44
Pecuária	R\$224.293.932,68	78,21	R\$53.206.424,09	73,56
Total	R\$286.786.611,06	100	R\$72.334.298,42	100

	Percentual das operações de crédito rural liberado para homens	Percentual das operações de crédito rural liberado para Mulheres
Total (%)	79,86	20,14

Fonte: Banco Central do Brasil, 2019.

Esses resultados também dialogam com outros importantes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como: acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares (objetivo 1); acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (objetivo 2); Assegurar a vida saudável e promover bem estar para todos, em todas as idades (objetivo 3); promover o crescimento econômico sustentado, incluso e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos (objetivo 8); Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (objetivo 10), entre outros, que não são específicos a mulher, mas com efeito direto a elas e, que denotam a importância da mulher como agentes protagonistas do desenvolvimento.

2.4 Conclusão

Os resultados demonstram uma grande desigualdade presente na agricultura familiar paraense, que para as mulheres merecem particular atenção. Entre as variáveis que tiveram maior disparidade estão - o número estabelecimentos agropecuários dirigidos pelas mulheres, o tamanho das propriedades, a posse e uso da terra, o baixo acesso a crédito e assistência técnica.

O perfil das agricultoras, em sua grande maioria, compreende mulheres na faixa etária de 35 a 45 anos (22,51%), de cor parda (69,49%) e com baixo nível de escolaridade. Sua mão de obra está alocada principalmente em atividades produtivas que compreendem em maior percentual de lavouras temporárias (38,67%).

Entre as principais limitações estão o alto número de mulheres que não utilizam de práticas conservação e manejo devido à falta de informação de qualidade e assistência técnica, visto que se observou, mesmo que timidamente, uma maior predisposição por parte das mulheres na adoção de práticas sustentáveis no uso de adubação.

Esses resultados apontam para uma grande necessidade de capacitação destas agricultoras e identificação delas como atores estratégicos na unidade de produção familiar. É necessário garantir seus direitos como cidadãs e investir em políticas que visem a sua emancipação, e que sejam capazes de mitigar não somente as lacunas de gênero, mas empoderar em todos os âmbitos.

Também são necessárias mudanças na forma como são realizados os levantamentos de dados, pois atualmente não captam com maior precisão o papel da mulher na agricultura, tendo em vista, ainda haver possibilidade de uma subnotificação das contribuições em algumas das variáveis aqui analisadas, em função das particularidades das relações às quais estão submetidas dentro dos sistemas de produção, devendo esse, ser um esforço por parte dos órgãos governamentais.

A garantia das liberdades individuais dessas mulheres através de políticas e ações voltadas a redução da desigualdade no campo e valorização do seu capital humano, tendo a justiça social como um de seus pilares deve ser um esforço de governos e de toda a sociedade, visando o desenvolvimento sustentável.

Referências

ALMEIDA, R. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.24, n.68, p 291-298, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2019**: erradicar a pobreza, investir em oportunidades. Washington D, C.: World Bank, 2019. Disponível em:<http://documents.worldbank.org/curated/pt/921181570464852907/The-World-Bank-Annual-Report-2019-Ending-Poverty-Investing-in-Opportunity>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BARROS, S.C.V.; MOURÃO. L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v.30, p. 1-11, out. 2018.

BOESSIO, A.T.; DOULA,S.M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 370-383, jul./set. 2016.

BRASIER, K.J.,SACHS,C.E.;KIERNAN,N.E.; TRAUGER,A.;BARBERCHECK, M.E. Capturing the multiple and shifting identities of farm women in the northeastern United States. **Rural Sociology**, v.79, n.3, p. 283-309, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.1,25 jun. 2006.PL 3952/2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Brasília, DF.:MAPA, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v 12, n 1, p 205-227, jan./abri.2004.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, Presidente Prudente, v.11, n.12, p. 6-17, Jan./jun.2008.

BUTTO, A.; HORA, K. Políticas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para as Mulheres Rurais. In: Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo de gênero**. Brasília: Mapa/ACS, 2009. p.162.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros**: o que os gestores municipais precisam saber. Brasília: CNM, 2016. 132 p.

COROMALDI, M.;PALLANTE, G.;SAVASTANO, S. Adoption of modern varieties, farmers' welfare and crop biodiversity: Evidence from Uganda. **Ecological Economics**, v. 119, p. 346-358, nov.2015.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R.R. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 206 p.

DEERE, C.D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n. 10, p. 100-153, jul./dez. 2003.

FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Global Gender Gap Report 2020**. Geneva, Switzerland.: World Economic Forum, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>.Acesso em: 29 set. 2020.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ. **Boletim Agropecuário do Pará 2017**. Pará, PA.:FAPESPA,2017. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1383.pdf?id=1533567716#:~:text=Entre%20os%20rebanhos%20paraenses%2C%20a,o%203%C2%BA%20maior%20do%20Brasil>. Acesso em: 25 set. 2020.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **PIB produto interno bruto municipal 2017**. Pará,PA.:FAPESPA,2017. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/contasregionais/249?&mes=12&ano=2019>.Acesso em: 28set. 2019.

HEREDIA, B.M.A.; CINTRÃO, R.P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n.8, p. 1-28, Jan./Jun. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 23 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Brasília, DF.:IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília, DF.:IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 12 de fev. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História**. Brasília, DF.:IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/historico>. Acesso em: 4 abril. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ater**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8114>. Acesso em: 15 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira**. Brasília, DF.:INEP, 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206. Acesso em: 12 set. 2020.

MASAMHA, B.; UZOKWE, V.N.E.; THEBE, V. Women's empowerment in traditional food value chains at the micro level: Evidence from cassava smallholder farming in Tanzania. **Agroecology and Sustainable Food Systems**. v.42, n. 1, p. 28-47, jun. 2018.

MULLER, M.M.L.; GUIMARÃES, M.F.; DESJARDINS, T.; MARTINS, P.F.S. Degradação de pastagens na Região Amazônica: propriedades físicas do solo e crescimento de raízes. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 36, n. 11, p. 1409-1418, nov. 2001.

NATH, T. D.; ATHINUWAT, D. Key factors of women empowerment in organic farming. **GeoJournal**, v. 85, n. 6, p. 1-20, mai.2020.

NOBRE, M.; Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. *In: As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul*. 1. ed. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. p.41-111.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Las mujeres en la agricultura - Cerrar la brecha de género en aras del desarrollo**. Rome.: FAO, 2011. Disponível em: [http://www.fao.org/publications/sofa/2010-11/es/#:~:text=Las%20mujeres%20en%20la%20agricultura,g%C3%A9nero%20en%20aras%](http://www.fao.org/publications/sofa/2010-11/es/#:~:text=Las%20mujeres%20en%20la%20agricultura,g%C3%A9nero%20en%20aras%20)

20del%20desarrollo&text=El%20lograr%20la%20igualdad%20de,agr%C3%ADcola%20y%20la%20seguridad%20alimentaria. Acesso em: 21 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Manual sobre gênero en agricultura.** [S.l.]: FAO, 2012. Disponível em:<http://www.fao.org/3/a-aj288s.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolución 70/1. Assembleia Geral Index : A/70/L.1, 25 de sept. de 2015. Disponível em: https://unctad.org/meetings/es/SessionalDocuments/ares70d1_es.pdf. . Acesso em: 3 nov. 2019.

PAES, R.S.; ZAPPES, C.A. Agricultura familiar no norte do estado do rio de janeiro: identificação de manejo tradicional. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 28, n.3, p.385-395, set/dez.2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017.** Brasília.: PNUD : IPEA : FJP, 2017. 127 p.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia:** a experiencia da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro.: FGV, 2002.p.260.

SANTOS, A.M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2012.

SILIPRANDI, E. Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres. *In*: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero.** 1.ed. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 22-28.

SOUZA, C.; SANTOS, M.; REBELLO, F. Espacialização e concentração das aplicações de crédito rural no Brasil entre 2007 e 2017. **Agrarian Academy**, v. 5, n. 10, p. 82–92, 2018.

SPANEVERELLO, R.M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Revista Latinoamericana**. Santiago, v. 15, n. 44, p. 393-414. 2016.

SUNDERLAND, T.;RAMADHANI, A.; BABIGUMIRA, R.; AGELSEN,A.; ICKOWITZ,A.; PAUMGARTEN,F.; REYES-GARCIA,V.; SHIVELY, G. Challenging perceptions about men, women, and forest product use: A global comparative study. **World Development**, Indonésia, v.64, n.1, p. 56–66, 2014.

TARA SATYAVATHI, C.; BHARADWAJ, C.; BRAHMANAND, P. Role of Farm Women in Agriculture, Lessons Learned. **Gender, Technology and Development**, v. 14, n. 3, p. 441-449. 2010.

VEIGA, J.E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo. v.15, n.43, p.101-119 set./out. 2001.

VIEIRA FILHO, J.E. R. **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília : Ipea, 2017. 305 p.

3. PERFIL SOCIOECONÔMICO DE MULHERES AGRICULTORAS EM MUNICÍPIOS DO BAIXO TOCANTINS

Resumo

As mulheres desempenham importante papel nas cadeias produtivas e na segurança alimentar familiar, entretanto, são muitas vezes “invisíveis” tendo em vista a predominância do antagonismo com baixa participação nas decisões produtivas e de comercialização. Comumente ficam restritas a papéis secundários sem acesso a recursos e direitos básicos. Neste contexto, objetivou-se caracterizar o perfil socioeconômico de mulheres agricultoras do em municípios do Baixo Tocantins paraense, visando compreender as características e conjunturas as quais estão submetidas. O estudo foi conduzido em dois municípios: Cametá e Igarapé-Miri. Inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico que compreende a fase exploratória e problematização do tema, seguido do estudo de campo com entrevistas a 40 mulheres, em sua maioria ribeirinhas. Foram feitas visitas *in loco* em sedes de associações, cooperativas e nas residências das entrevistadas. O questionário compreende três blocos: Bloco 1 – Perfil socioeconômico; Bloco 2 – Sistema de produção e comercialização; Bloco 3 – Associativismo/cooperativismo feminino. Após coleta de dados realizou-se a tabulação com auxílio do programa Microsoft Excel[®]. Nos resultados observou-se, entre as mulheres, a predominância de um perfil mais velho (faixa etária média próxima a 50 anos) e influência direta de suas funções na complementação da renda, melhoria da qualidade de vida e segurança alimentar do agregado familiar. Notou-se que a economia familiar se baseia no extrativismo, tendo o açaí como principal atividade, e na entressafra do fruto o trabalho feminino se destaca como principal composição na renda familiar. Sobrepõe-se ainda uma hierarquia masculina nas divisões de trabalho, porém, as mulheres da região ampliaram sua participação na tomada de decisão produtiva, que em parte é benefício da organização social, sendo o cooperativismo uma alternativa para o fortalecimento das cadeias produtivas locais e ampliação dos direitos e empoderamento das mulheres nas decisões produtivas.

Palavras-chave: Mulher na agricultura; Desenvolvimento local; Lacunas de gênero; Cooperativismo.

ABSTRACT

Women play an important role in production chains and in family food security, however, they are often “invisible” in view of the predominance of antagonism with low participation in productive and marketing decisions. They are commonly restricted to secondary roles without access to basic resources and rights. In this context, the objective was to characterize the socioeconomic profile of women producers in northeastern Pará, in order to understand the characteristics and circumstances to which they are subjected. The study was conducted in two municipalities: Cametá and Igarapé-Miri. Initially, a bibliographic survey was carried out that comprises the exploratory and problematizing phase of the theme, followed by the field study with interviews with 40 women, most of them riverside. On-site visits were made at the headquarters of associations, cooperatives and at the interviewees' homes. The questionnaire comprises three blocks: Block 1 - Socioeconomic profile; Block 2 - Production and marketing system; Block 3 - Associations / female cooperatives. After data collection, tabulation was performed with the aid of the Microsoft Excel® program. In the results, it was observed, among women, the predominance of an older profile (average age range close to 50 years) and direct influence of their functions in supplementing income, improving the quality of life and food security of the household. It was noted that the family economy is based on extractivism, with açaí as the main activity, and in the off-season of the fruit female work stands out as the main composition in the family income. A male hierarchy overlaps labor divisions, however, women in the region have increased their participation in productive decision-making, which is partly the benefit of social organization, with cooperativism being a possible alternative for strengthening local productive chains and expansion of women's rights and empowerment in productive decisions.

Keywords: Woman in agriculture; Local Development; Gender gaps; Cooperativism.

3.1 Introdução

A formação histórica da região do Baixo Tocantins têm suas relações e interações produtivas fortemente influenciadas pelos rios e pelas relações sociais, assim como pela forte conjuntura sociopolítica por meio de mobilizações ou movimentos produzidos por atores sociais (ARAÚJO; TEISSERENC, 2016).

Considerar as relações sociais e a dinâmica produtiva do território constitui uma base importante e estratégica na elaboração de políticas voltadas ao desenvolvimento local, classificada conforme Barquero (2001), como desenvolvimento endógeno. Dessa forma é possível potencializar a vocação econômica do território, considerando dentro da lógica micro

e macro, a valorização do capital humano e social (CARMO; PRAZERES, 2011), uma vez que nesse processo leva-se em conta também as potencialidades individuais.

Para entender a forma complexa como os agentes produtivos, sejam eles homens ou mulheres, estão inseridos e como modificam a dinâmica produtiva local, Piraux, Soares e Simões (2017) citam a necessidade de se olhar de forma sistêmica o território, tornando possível captar as relações e efeitos de componentes - econômicos, sociais, ambientais, e espaciais que o constituem, assim como suas interações.

Essas dinâmicas também são fortemente influenciadas por relações de gênero, conforme a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (2007). Nessa perspectiva, no ambiente rural, tais relações são marcadas pela desigualdade de gênero, atribuído a normas sociais discriminatórias e estereótipos.

As mulheres rurais frequentemente estão restritas a estágios menos rentáveis da cadeia produtiva e, adicionalmente, persistem um baixo acesso a recursos produtivos, financiamento, tecnologias, educação, sendo imediato e necessário por parte das instituições o investimento em ações inovadoras e modelos de negócios que possam ampliar a participação delas nas cadeias produtivas agrícolas (FAO, 2016).

O resultado de ações de ampliação da participação da mulher promove a redução da pobreza nos agregados familiares, aumento da sustentabilidade e produtividade dos sistemas agrícolas, além de proporcionar maior segurança alimentar (FAO, 2011), fortalece a economia e garante uma sociedade mais justa e estável (ONU, 2016), ressaltando a importância delas não somente como mão de obra em papéis coadjuvantes, mas como agente econômico contribuindo para desenvolvimento sustentável das comunidades agrícolas.

Considerando a importância da mulher na agricultura familiar e no desenvolvimento do território do Baixo Tocantins, a pesquisa teve como objetivo caracterizar o perfil socioeconômico de mulheres agricultoras nos municípios de Cametá e Igarapé-Miri, estado do Pará, abordando as conjunturas sociais e características as quais estão submetidas.

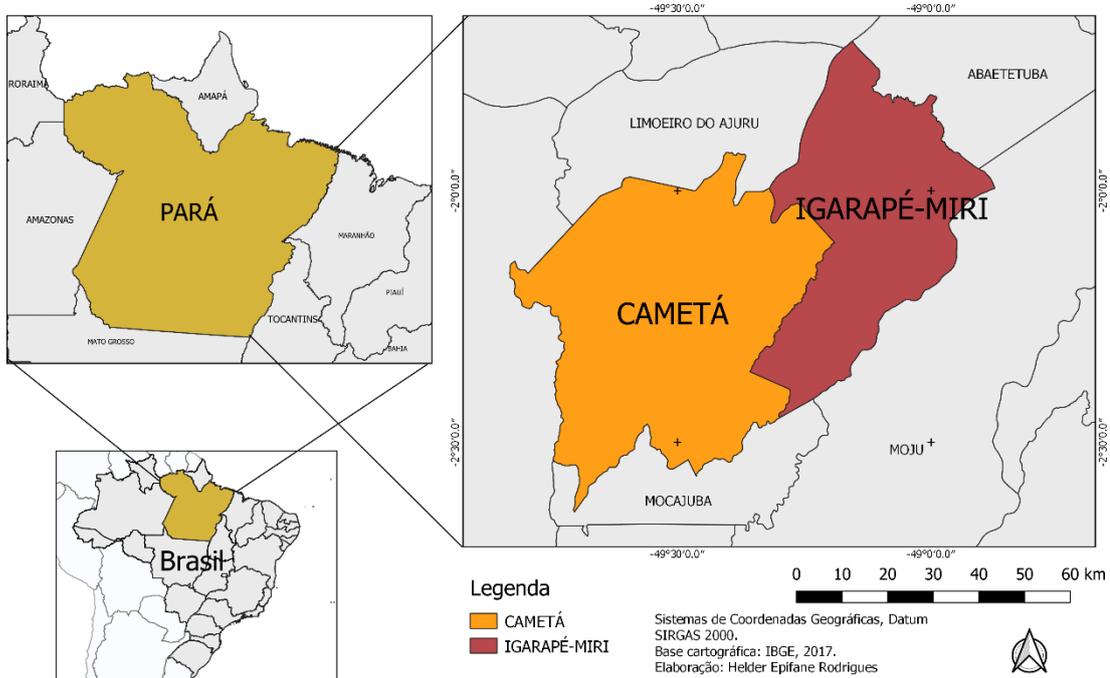
3.2 Metodologia

Área de estudo

O estudo foi realizado em dois municípios da mesorregião nordeste do estado do Pará : Cametá e Igarapé-Miri, que cobrem uma área de 5.078,16 km². O município de Cametá está localizado entre as coordenadas 01°55'00" e 02°38'25" de latitude sul e 49°50'34" e 49°11'13" de longitude a Oeste de Greenwich, e limita - se ao leste de do município Igarapé-Miri, cujas coordenadas são 01°58'00" de latitude sul e 48°58'58" longitude a Oeste (Mapa 1).

Os municípios conforme classificação de Köppen e Geiger tem um clima classificado como Am com média anual de 27° C e precipitação pluviométrica anual acima de 2.000 mm.

Mapa -1 Mapa de localização dos municípios de Cametá e Igarapé-Miri.



Fonte: elaborado pelo autor

Os municípios localizam-se na microrregião de Cametá, na mesorregião do Nordeste Paraense. Essa mesorregião é composta por sete municípios: Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba e Oeiras do Pará, abrangendo uma área de 16.662,291 km² (IBGE, 2010). A região compreende a segunda região hidrográfica mais importante do Brasil, e apresenta 25 km² de áreas cobertas por ecossistemas de mata inundável (GONÇALVES; BRASIL, 2016). Os municípios de Cametá, Igarapé-Miri tem uma população de aproximadamente 200.588 habitantes. Considerando a estrutura produtiva dos municípios e predominância dos setores econômicos, sem considerar a Administração Pública, para o município de Cametá as contribuições percentuais dos setores da agropecuária, Indústria e Serviços foi de 32,00%; 3,44% e 21,69%, respectivamente, e para o município de Igarapé-Miri foi de 31,19%; 3,98% e 20,74, respectivamente (FAPESPA, 2017).

Na região, segundo o Censo Agropecuário (2017), as principais atividades produtivas compreendem as lavouras temporárias com destaque para o cultivo de mandioca, sendo que as maiores produções estão nos municípios Acará, Moju e Cametá. Com relação às lavouras permanentes o principal produto é o açaí com destaque para os municípios de Cametá e Igarapé-Miri, respectivamente. Considerando a agricultura familiar nos municípios, um dos principais produtos é a pimenta do reino e a mandioca (PIRAUX; SOARES; SIMOES, 2017).

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM da região é de 0,573, baixo, conforme Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará- FAPESPA (2010). A região possui um total de 54.263 estabelecimentos agropecuários, o que representa 19,3% do total do estado do Pará, entre esses municípios, Cametá é o município com maior número de estabelecimentos liderados por mulheres (IBGE, 2017).

As cidades e a população têm forte relação com o rio, tanto cultural quanto economicamente, a exemplo do município de Igarapé-Miri, com grande parte de seu território (em torno de 60%) composta de áreas de várzea responsáveis por mais da metade da produção de alimento consumido no município (REIS, 2008). Assim como Cametá, tendo sua cidade sede as margens do rio Tocantins e configura-se como um dos polos de grande importância da região (RODRIGUES et al., 2000).

Historicamente, a região tem sido marcada por mudanças causadas pela instalação de projetos econômicos como ALBRAS e Hidrelétrica de Tucuruí e a infraestrutura portuária minero-metalúrgica de Barcarena (ALMEIDA, 2010).

Coleta e análise de dados

Inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico, compreendendo a fase exploratória e a problematização do tema, visando entender o perfil da mulher dentro das cadeias produtivas de base agrária e suas conexões com a dinâmica das relações produtivas locais.

O método apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa, como instrumento de coleta de dados, utilizou-se questionários semiestruturados. As entrevistas ocorreram mediante visitas *in loco* em sedes de associações e cooperativas e nas residências das entrevistadas. O questionário compreende três blocos: Bloco 1 – Perfil socioeconômico; Bloco 2 – Sistema de produção e comercialização; Bloco 3 – Associativismo/cooperativismo feminino.

O estudo de campo iniciou dia 15 de outubro de 2019, foram entrevistadas 40 mulheres. Eram em sua maioria moradora das ilhas (60%), e integrantes de associações ou cooperativas, são elas: Cooperativa Agroextrativista Resistência do Tocantins – Cart, Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres do Município de Cametá – COOPMUC, Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri - CAEPIM e Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó - AMA. Após a coleta dos dados, a tabulação e posterior análise foram realizadas com auxílio do programa Microsoft Excel®.

3.3 Resultados e Discussão

Perfil socioeconômico

A maioria das mulheres entrevistadas possui idade entre 30 a 40 anos, representando 42,5% da amostra, com média da idade de 46 anos, a mais jovem com 23 e a mais velha 81 anos. O perfil mais velho de produtoras, considerando a média observada, é resultado especialmente no contexto da agricultura familiar, conforme Boessio e Doula (2016) de um cenário de êxodo rural, particularmente dos mais jovens e mulheres, com consequente tendência de envelhecimento e “masculinização” do campo.

O envelhecimento e o êxodo rural dos mais jovens configura uma tendência de redução da força de trabalho e, conseqüentemente, da produção de culturas de base alimentar ocasionando o aumento do preço da cesta básica, tornando-se mais cara, afetando principalmente as famílias mais pobres que segundo Filgueiras e Homma (2016) chegam a comprometer de 70% a 80% da renda familiar com a compra de alimentos. Nesse sentido, a importância da mulher para a segurança alimentar de sua família amplia-se à medida que ocorrem transformações no contexto produtivo da região.

Em relação ao estado civil, 60% das respondentes são casadas, 22,5% solteiras, 12,5% concubinato e 5% viúvas. Quanto ao nível de escolaridade, 20% não concluíram o ensino fundamental, 42,5% possuem ensino médio completo, e destaca-se o percentual de mulheres com nível superior de 17,5%. Do total de mulheres entrevistadas apenas 1(uma) sabia escrever apenas o nome. Os dados estão apresentados na tabela 1.

Não houve relação direta entre o nível de escolaridade e a idade das entrevistadas. O baixo percentual de mulheres analfabetas é um fator importante a ser considerado, tendo em vista que, a educação é crucial para o desenvolvimento. Conforme Rodrigues et al. (2017) é um aspecto que aumenta as lacunas de gênero, pois em locais com educação precária, pode-se restringir o acesso a inovações tecnológicas e a informação importantes para desenvolvimento das atividades locais.

Com base nos índices de alfabetização no meio rural para os municípios de Cameté e Igarapé-Miri, observa-se que em média 43,27% dos homens são alfabetizados enquanto as mulheres correspondem a 39,34%, denotando a uma disparidade de gênero com maior acesso à educação por parte dos homens, no Brasil, 45,88% da população feminina é alfabetizada (IBGE, 2010). Considerando o grau de alfabetização no Brasil e nos municípios estudados, observa-se que as entrevistadas possuem um bom nível de instrução, tendo em vista que apenas 2,5% delas não sabem escrever o próprio nome.

Resultados semelhantes foram encontrados por Modesto Júnior, Alves e Silva (2011) com agricultores que cultivam mandioca em alguns municípios do Nordeste Paraense, entre eles Cametá, em sua pesquisa observou a média de idade de 42 anos para as mulheres e em relação ao estado civil, 55% eram casadas, constatou também que no período do estudo (2011) mais de 66% dos produtores não haviam concluído o ensino fundamental e não havia nenhum produtor com nível superior. O resultado obtido nessa pesquisa pode representar uma melhora no nível de escolaridade dessas famílias rurais no município.

Tabela 1- Características socioeconômicas dos entrevistados.

Características Gerais		Frequência	Percentual (%)
Idade	Menos de 30 anos	1	2,5
	De 30 a 40	17	42,5
	De 41 a 50	9	22,5
	De 51 a 60	6	15,0
	De 61 a 75	6	15,0
	Mais de 75	1	2,5
Estado Civil	Solteira	9	22,5
	Casada	24	60,0
	Viúva	2	5,0
	Concubinato	5	12,5
Escolaridade	Assina o Nome	1	2,5
	Fundamental Incompleto	8	20,0
	Fundamental Completo	3	7,5
	Ensino Médio Incompleto	3	7,5
	Ensino Médio Completo	17	42,5
	Ensino Superior Incompleto	1	2,5
	Ensino Superior Completo	7	17,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em relação à composição familiar, o número médio de pessoas que moram na residência é de 4 a 5 pessoas por família, no total de 179 pessoas, com um percentual de 62,36% para mulheres e 37,64% para homens.

A quantidade média de filhos por família foi de 4 filhos. Navarro e Campos (2014) observaram que vem ocorrendo uma redução no número de filhos em todas as regiões rurais brasileiras. Os resultados obtidos na pesquisa realizada com as mulheres agricultoras de Cametá e Igarapé-Miri estão apresentados na tabela 2.

Tabela 2- Composição das famílias de agriculturas (nos municípios) do baixo Tocantins.

	Número de Pessoas		Percentual (%)			
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Menos de 10 anos	4	10	14	5,97	9,01	14,98
De 11 a 18	16	21	37	23,88	18,92	42,80
De 19 a 30	18	26	44	26,87	23,42	50,29
De 31 a 40	14	23	37	20,90	20,72	41,62
De 41 a 50	8	16	24	11,94	14,41	26,35
De 51 a 60	4	8	12	5,97	7,21	13,18
De mais de 60 anos	3	7	10	4,48	6,31	10,78
Total	67	111	178	37,64	62,36	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Média de pessoas por residência = 5 ± 4

Média de filhos por família = 4 ± 3

A renda familiar é um importante parâmetro quando se considera a vulnerabilidade das famílias e ainda configura-se como um importante fator para o empoderamento da mulher. A maior parte das mulheres, 50% delas, declaram que a renda familiar é inferior ou igual a 1 salário mínimo, 40% entre 1 e 2 salários, 5 % de 2 a 3 salários e 2,5% acima de 5 salários. Considerando o valor do salário mínimo vigente de R\$ 1.045 e o número médio de pessoas por residência, observado na tabela anterior (cinco pessoas, Tabela 2), gera-se um valor médio *per capita* de menos de R\$174,00 por pessoa mês.

De uma forma mais estratificada, tendo em vista a contribuição das mulheres para renda familiar total, tabela 3, observou-se que 40% das agricultoras contribuem com 40% a 50% da renda familiar, totalizando um número de 16 mulheres, e dentre elas, 12 auxiliam com 50% na renda. Isso denota o grau da importância do trabalho feminino na renda das famílias, sem o qual, mais de 90% das famílias teriam rendimentos inferiores a um salário mínimo. Constatou-se ainda que 15% delas colaboram integralmente com a renda e algumas apenas nos períodos de entressafra do açaí.

Tabela 3 - Contribuição da mulher para o total da renda familiar.

Percentual da renda familiar (%)	Número de Mulheres	Percentual (%)
De 10 a 30	10	25,00
De 40 a 50	16	40,00
De 60 a 70	6	15,00
De 80 a 90	2	5,00
De 100	6	15,00
Total	40	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em relação à renda complementar a atividade produtiva, por meio de programas de transferência de renda, os resultados mostram que 57,5% recebem renda complementar, deste total, 30% recebem bolsa família, 15% aposentadoria, 7,5% seguro defeso, 5% recebem bolsa família e seguro defeso e 2,5% recebem aposentadoria e seguro defeso.

Considerando a amostra, 85% não receberam nenhum tipo de financiamento, 77,5% nunca tiveram acesso a nenhum tipo de linha de crédito, 22,5% das que receberam declaram ser por meio do Pronaf B. Essa realidade pode ser atribuída, conforme destacado na fala de algumas entrevistadas, ao fato de “não serem consideradas agricultoras, e sim domésticas no registro de casamento”. Segundo Brumer (2002) a comprovação e reconhecimento da mulher como agente produtivo é difícil, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas é “invisível”, geralmente declarado como “ajuda” às tarefas dos homens, ainda que incluam atividades vinculadas à produção.

No debate mais amplo, as dificuldades de acesso a financiamentos estão relacionadas ainda a dois fatores: (i) falta de organização social e produtiva (GOMES; NOGUEIRA; COSTA, 2018), e a alta inadimplência dos produtores rurais (BARROS et al., 2015).

No Brasil o incentivo ao crédito cresceu a partir de 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN (SANTOS; BRAGA, 2013), de modo geral, as políticas de financiamento e o acesso a assistência técnica voltadas às mulheres só surgiram a partir de 2000, como beneficiária da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e de políticas nacionais de crédito rural, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Pronaf mulher criado em 2003 (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016), porém, afirmam que independente da linha de crédito, comparado ao homem, a participação das mulheres como tomadoras de crédito é pouco representativa.

Tendo em vista as liberdades de escolha da mulher na agricultura, as entrevistadas responderam também sobre a relação de tempo gasto com atividades produtivas e domésticas. 45% das mulheres dividem o seu tempo igualmente entre as atividades, 10% delas dedicam-se quase que integralmente apenas aos serviços domésticos e 30% delas passam a maior parte do seu tempo nas atividades produtivas. Segundo Brumer (2002), a força de trabalho é crucial na realização de atividades produtivas no meio rural, entretanto, elas se desdobram em diferentes funções para cumprir com atividades do lar e da agricultura.

Atividade produtiva, fonte de renda e subsistência

A principal atividade produtiva e fonte de renda familiar para 92,5% das mulheres entrevistadas é o extrativismo do fruto de açazais nativos, forma ainda predominante de exploração do fruto na região. Além da importância econômica é também um alimento tradicional e de subsistência muito presente na mesa da população amazônica.

Esse percentual pode suscitar, considerando açaí como principal base econômica dessas populações, implicações, uma delas de forma mais imediata e periódica se dá em razão da alta sazonalidade da produção de açaí, compreendendo o período de entressafra do fruto, que ocorrem nos municípios nos primeiros quatro meses do ano, quando ocorre uma drástica redução na produção que, para algumas famílias, compromete mais da metade do rendimento familiar e, em alguns casos, as mulheres passam a ser a única fonte provedora de renda nesse período, por meio de outras atividades por elas exercidas, como artesanato.

Há a necessidade de se avançar o desenvolvimento de tecnologias para o sistema de produção do açaí, considerando a possibilidade de esgotamento e aniquilamento do recurso. No caso do açaí e outros produtos oriundos do extrativismo vegetal de coleta que, conforme Homma (1993), esse esgotamento pode ocorrer de médio a longo prazo, resultando, além dos impactos econômicos, ambientais e sociais, no comprometimento da cultura alimentar na região.

Sachs (2002) afirma que é necessário desenvolver os sistemas e deixá-los mais produtivos utilizando-se da ciência moderna, porém, se faz necessário políticas complementares, como acesso justo à terra, ao conhecimento, ao crédito e mercado e educação. Portanto considerando a importância do sistema e dos agentes nele inseridos.

Além do açaí são exercidas outras atividades de relevância, mas ainda de caráter complementar e de subsistência como a criação de animais, a pesca, apicultura, artesanato, o extrativismo de sementes como o murumuru (*Astrocaryum murumuru Mart.*), andiroba (*Carapa guianenses*) para produção de fármacos e cosméticos comercializados através de cooperativas locais, a produção de culturas como o cacau (*Theobroma cacao*), banana (*Musa spp*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), dentre outras culturas menos expressivas.

Em relação às culturas temporárias, 42,5% declararam possuir roçado com pequenas áreas voltadas a produção de mandioca (*Manihot esculenta*) principalmente para o consumo próprio e com baixo excedente, comercializado em pequenos comércios e feiras. A cultura é componente básica do sistema de produção amazônico, presentes em ambientes de várzea e terra firme (GOMES; NOGUEIRA; COSTA, 2018), é uma rica fonte alimentar, e interessante complemento da renda.

Em relação a divisão do trabalho e a mão de obra empregadas dentro das unidades produtivas, observou-se os seguintes percentuais: 67,5% da mão de obra é exclusivamente familiar, 32,5% contratavam até duas pessoas para a coleta do açaí no período de safra, algumas pessoas pela idade também já não exerciam a atividade. Considerando o papel da mulher para a principal atividade econômica, Rodrigues et al.:(2017) afirma, que normalmente na estratificação do trabalho, as mulheres geralmente participam de etapas que exigem menor esforço como a debulha e o preparo do vinho do açaí.

Para os parâmetros referentes ao escoamento da produção, cerca de 47,5%, é feito por intermédio da figura dos “atravessadores”, 32,5% escovam exclusivamente por meio de cooperativas e 20 % vendiam ao atravessador e feiras. Grande parte das entrevistadas afirmam que essa relação de venda do açaí para atravessadores é mais atrativa por pagarem no momento da compra enquanto que em relação a cooperativas, o pagamento é feito apenas após a comercialização da produção.

Outros fatores mais gerais também devem ser considerados tendo em vista as formas de escoamento da produção. De acordo com Almeida (2010), locais com pouca capacidade de produção, comercialização e uso de insumos, grandes distâncias dos centros consumidores, além da baixa escolaridade e a alta precariedade das famílias são fatores que propiciam a ação de agentes intermediários. Segundo dados do relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP (MATTOS, 2010) considerando a realidade dos municípios, 77% da produção é comercializada por meio do varejo local (Atravessador).

Em relação a participação das mulheres, 55% declaram participar de todas as etapas produtivas, 25% apenas da produção, 7,5% da produção e comercialização, 5% apenas das etapas de produção e beneficiamento dos produtos, 2,5% somente do beneficiamento e comercialização e 2,5% da comercialização da produção.

Observou-se que uma parte considerável das mulheres, em torno de 30%, estão envolvidas em atividades apenas “dentro da parteira” e não participam em nenhum nível da comercialização. Resultado que pode ocorrer em função da hierarquia familiar no contexto da divisão do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007), mas ainda considerando o âmbito geral, mais da metade participam da todas as etapas produtivas. Fazendo um contraponto, esses resultado relaciona-se a característica do sistema, ainda que havendo a hierarquia, segundo Gome, Nogueira e Costa (2018) na agricultura familiar, ocorre a gestão da propriedade de forma compartilhada pela família, na organização da produção associa-se família, produção e trabalho, no qual, estes agricultores amazônicos tem como critério principal atender as necessidades básicas em detrimento a rentabilidade.

Em relação ao tamanho das propriedades, observou-se uma variação entre 0,4 a 50 ha, 22,5% dos estabelecimentos apresentavam uma área de 5 a 10 ha, 20% com até 5 ha, 5% de 10 a 15 ha e 2,5 % mais de 15 há. Elevado percentual das entrevistadas, 52,5%, declararam não lembrar ou desconhecer o tamanho da área. Esses resultados classificam suas áreas produtivas como pequena propriedade, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA (2020), tendo como base a lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que determina essa classificação para áreas compreendidas entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais. Vale ressaltar que o valor de 1 módulo fiscal pode variar de região para região. A esse respeito, e considerando a perspectiva de gênero em um interessante trabalho realizado por Brumer (1988) verificou que à medida que se aumenta a área e a tecnificação do sistema, menor é a participação da mulher no sistema produtivo (BRUMER, 2004).

Em relação ao acesso a assistência técnica por parte das produtoras, do total de mulheres, 62,5% disseram receber assistência técnica, 27% recebem assistência das próprias cooperativas, 20% delas recebem assistência principalmente do Instituto Federal do Pará - IFPA, 5% da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER, 2,5% da Universidade Federal do Pará - UFPA de empresas parceiras e/ou em conjunto. Deste total, 48% recebem visitas esporadicamente e 40,7% mensalmente, principalmente das cooperativas. A assistência técnica é imprescindível na obtenção de uma maior eficiência produtiva, no contexto da pequena propriedade, deve abordar estratégias considerando a pluralidade dos sistemas produtivos, visto que, com a tecnologia apropriada pode auxiliar no desenvolvimento das cadeias locais e viabilizar a maior inserção da mulher.

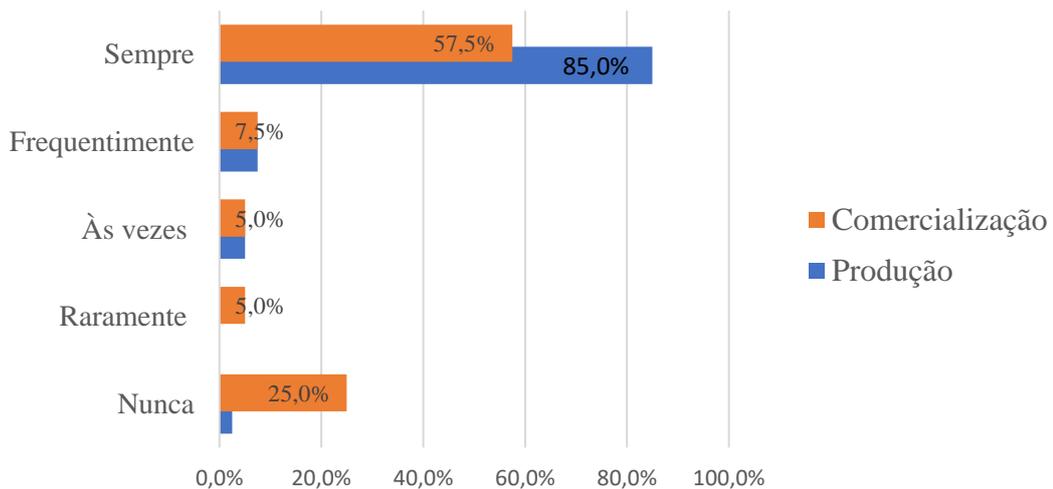
Associativismo, cooperativismo e empoderamento feminino

Em relação as participação da mulher nas decisões produtivas, ao associar a entidades de classe, observou-se que quando perguntado a respeito da participação na tomada de decisão produtiva, 85% das mulheres consideram ter participação total na escolha do que produzir e 57,5% em relação ao aspecto da comercialização, 25% declararam não se envolver na tomada de decisão da etapa de comercialização no agregado familiar, Gráfico 2.

A maior participação sob o aspecto da produção denota um maior empoderamento dessas mulheres no contexto das unidades produtivas e, em grande parte, relaciona-se o envolvimento delas como cooperadas, com 95% delas justificando ter ampliado sua participação nas decisões produtivas após entrar na cooperativa. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileira - OCB (2017), cooperativas são organizações autogestionárias e democráticas, com decisões tomadas de forma coletiva, tendo como seus princípios a

democracia, igualdade, equidade. Essas características podem justificar a maior participação das mulheres nas tomadas de decisões produtivas, tendo em vista, principalmente, os princípios de participação coletiva e benefícios de escolhas.

Gráfico 2- Participação da mulher, no contexto familiar, na tomada de decisões quanto às etapas de produção e comercialização na unidade produtiva.



Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

As mulheres tem menor envolvimento em relação à participação na comercialização em comparação com as etapas da produção, com 57,5%, mas ainda é representativo o número de mulheres que declararam não participar das etapas de comercialização. Essa realidade pode ser dada em função de ainda prevalecer o antagonismo e a submissão por parte destas mulheres. Conforme Spanevello, Matte e Boscardin (2016) na maior parte das propriedades o papel central na tomada de decisão é exclusivamente masculina, cabendo às mulheres autonomia apenas em algumas determinadas atividades produtivas.

Considerando estes efeitos, foram estratificados, os principais “gargalos” para que estas mulheres façam parte de associações e cooperativas. Observou-se que para 40% delas o fator mais limitante é a possibilidade de conciliar o trabalho e o cuidado com a família, 27,5% consideram a distância em relação ao local que residem com impedimento, 12,5 % consideram como principal limitação a distância e conciliar os afazeres domésticos e o trabalho, 2,5% consideram a aceitação familiar e conciliar trabalho e afazeres domésticos, 10% consideraram outras opções como a idade o falta de diálogo como fatores limitantes e 7,5% declaram não haver nenhum fator limitante.

Como limitação ao cooperativismo, 42,5% consideraram como principal fator limitante a participação ativa dos cooperados, 12,5% a falta de assistência técnica, 7,5% o

acesso à recursos e o mercado para escoar a produção, 5% consideram o mercado, 5% o acesso à recursos, 5% a falta de recursos a assistência e a participação dos cooperados, e outros consideraram mais de uma opção conforme observado tabela 4.

Tabela 4- Principais fatores limitantes ao cooperativismo nos municípios.

Características Gerais		Frequência	Percentual (%)
Fatores limitantes a cooperada	Conciliar trabalho e família	16	40,0%
	Distância	11	27,5%
	Trabalho e família +Distância	5	12,5%
	Outros	4	10%
	Não haver limitação	3	7,5%
	Aceitação familiar + trabalho e família	1	2,5%
Fatores limitantes a cooperativa	Participação ativa dos cooperados	17	42,5%
	Assistência técnica	5	12,5%
	Recurso + Mercado	3	7,5%
	Mercado + infraestrutura	2	5,0%
	recurso financeiro	2	5,0%
	Mercado	2	5,0%
	Recurso + Assistência+ participação dos cooperados	2	5,0%
	Infraestrutura	1	2,5%
	Recurso + Assistência	1	2,5%
	Recurso + infraestrutura	1	2,5%
	Assistência + Mercado	1	2,5%
	Participação ativa dos cooperados + Mercado	1	2,5%
	Recurso + Mercado + infraestrutura	1	2,5%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Considerando as vantagens e a motivação para associar-se a uma cooperativa. Mais da metade das mulheres, cerca de 62,5%, consideram que o principal motivo para associar-se a uma cooperativa é o escoamento da produção e a comercialização, 17,5% delas buscavam mais capacitação, 10% associaram-se por sucessão familiar, 5% Aumento de renda, 2,5% buscavam tanto a capacitação quanto a comercialização, e 2,5% declaram sempre participar do movimento cooperativista.

O escoamento da produção e comercialização são importantes gargalos para as mulheres que residem nas ilhas, sendo a parceria e a organização em cooperativas um meio estratégico na redução de custos e ampliação dos rendimentos dessas famílias. Conforme Rodrigues et al., (2017) a falta de infraestrutura para escoamento da produção, a exemplo de

embarcações próprias, fazem com que muitos dependam de atravessadores, o que onera os custos do produto final, podendo reduzir o a renda líquida do produtor.

Em contrapartida, encontram melhor infraestrutura e logística para o escoamento da produção em cooperação. Buarque (1999), afirma que iniciativas que envolvem projetos coletivos, podem promover dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida da população, que além da singular transformação das bases econômicas, necessita da organização social, tendo e vista suas capacidades e potencialidades.

Do total de mulheres integrantes de cooperativas, 62,5% desconheciam ou nunca leram sobre a política nacional de cooperativismo, desconhecendo seus direitos e deveres, importantes na manutenção e fortalecimento das relações que poderiam dinamizar suas atividades e ampliar seu empoderamento, visto que, segundo Baquero (2006) seu efeito envolve procedimentos que fomentam a autonomia e a buscam por maior envolvimento nos processos de tomada de decisão, e ainda, pelos ideias de solidariedade e trabalho coletivo, baseado na autogestão, que favorecem relações de igualdade e promovem a capacitação de seus membros, sendo ainda um alternativa sustentável.

Considerando o nível de empoderamento a respeito do uso da renda, 62,5% das mulheres declararam ter controle total sob as decisões do que comprar, vender ou das transferências de ativos, 12% declararam parcial participação e 5% disseram ser totalmente controlada pelo marido. Conforme observado há um percentual importante de mulheres que se sentiram mais empoderadas. Essas medidas de empoderamento são importantes no contexto da mulher rural no delinear de seu perfil, visto que, a palavra empoderamento conforme Baquero (2006) envolve transformações das relações sociais de poder, abrange noções democráticas, de direito humanos e de participação, também reflexão sobre fatores políticos, econômicos e culturais.

3.4 Conclusão

A maioria das agricultoras apresenta idade situada em uma faixa etária de 30 a 40 anos e compreendem a maior parte da composição familiar acima de 60%. Seu trabalho tem grande importância na complementação da renda e para segurança alimentar no agregado familiar.

A economia baseia-se principalmente do extrativismo em pequenas propriedades, sendo o açaí a principal atividade produtiva dessas famílias, em períodos que compreendem entressafra do fruto, o trabalho feminino ganha destaque chegando a ser a mulher a principal responsável pela renda.

Mais da metade da produção é escoada por agentes intermediários, as mulheres participam em menor número de atividades que envolvem as etapas de comercialização, sendo seus maridos responsáveis por negociar a produção, denotando uma maior hierarquia masculina nas relações, mas também atrelada às características do arranjo produtivo local.

De modo geral, as mulheres assumem participação na tomada de decisões produtivas, que em parte é benefício da organização social, sendo o cooperativismo uma possível alternativa para o fortalecimento das cadeias produtivas locais e na ampliação dos direitos das mulheres, assim como para redução de lacunas e aumentos de suas liberdades individuais.

Referências

ALMEIDA, R. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.24, n.68, p 291-298, 2010.

ARAÚJO, I. F.; TEISSERENC, M. J. S. A. Mobilização, território e a emergência de novos sujeitos e arenas públicas no Baixo Tocantins. **Raízes**, Curitiba, v. 36, n. 1, p. 6-21, jan./jun. 2016.

BAQUERO, R.V.A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 77-93, mai./ago. 2006.

BARQUERO, A.V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**.1. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280p.

BARROS, E.S., XAVIER, L.F., PESSOA, D.T., SOBEL, T.F. Endividamento Agrícola: Quão Comprometidos São os Produtores do Polo Petrolina-juazeiro Frente a suas Dívidas?. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 171-200. 2015.

BOESSIO, A.T.; DOULA, S.M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 370-383, jul./set. 2016.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v 12, n 1, p 205-227, jan./abr.2004.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 1999. (Material técnico).

CARMO, E.S.; PRAZERES, M.S.C. Casa Familiar Rural de Cametá: Contribuições para o Desenvolvimento Das Comunidades Rurais no Município de Cametá/PA. *In*: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2., 2011, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Associação Nacional de Política e Administração da Educação, 2011. Disponível em :

<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompleto01.htm>. Acesso em: 17 jan. 2020.

FERREIRA, V.A.; SANTANA, A.C.; RAVENA, N.; OLIVEIRA, C.M.O. Fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 39, p. 173-188, dez. 2016.

FILGUEIRAS, G.C.; HOMMA, A.K.O. Aspectos socioeconômicos da cultura da mandioca na região norte. In: MODESTO JÚNIOR, M.S.; ALVES, R.N.B. **Cultura da mandioca: aspectos socioeconômicos, melhoramento genético, sistemas de cultivo, manejo de pragas e doenças e agroindústria**. 1ª ed. cap.1. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Global Gender Gap Report 2020**. Geneva, Switzerland.: World Economic Forum, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>. Acesso em: 29 set. 2020.

FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Global Gender Gap Report 2020**. Geneva, Switzerland, 2020.: World Economic Forum, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>. Acesso em: 29 set. 2020.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **PIB produto interno bruto municipal 2017**. Belém, PA.: FAPESPA, 2017. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/contasregionais/249?&mes=12&ano=2019>. Acesso em: 28 set. 2019.

GOMES, M.C.; NOGUEIRA, A.C.F.; COSTA, F.S. Assistência Técnica e Extensão Rural em comunidades rurais do sul do Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, PA, v. 21, n. 2, p. 193-211, mai./ago. 2018.

GONÇALVES, D.L.; BRASIL, D.S.B. Problemas ambientais e sustentabilidade nas várzeas da Amazônia Tocantina: um estudo no Projeto de Assentamento Agroextrativista São João Batista II, Abaetetuba, Estado do Pará, Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, Belém, v.7, n.4, pp.89-99, 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo Vegetal na Amazônia: Limites e Oportunidade**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 202 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Brasília, DF.: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1699>. Acesso em: 12 de jan. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília, DF.: IBGE, 2017. Disponível: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 14 de jan. de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Colonização e Reforma Agrária**. Brasília, DF.:INCRA, 2020. Disponível em:http://www.incra.gov.br/pt/credito/66-atuacao/234-classificacao-dos-imoveis_rurais.html . Acesso em: 02 jan. 2020.

MATTOS, M.M. **Estudo das cadeias de comercialização de produtos florestais não-madeireiros no Estado do Pará**. Belém.: Idesp, 2010. (Relatório técnico) 305 p.

MODESTO JUNIOR, M. de S.; ALVES, R. N. B.; SILVA, E. S. A. Diagnóstico socioeconômico de comunidades de mandiocultores do Baixo Tocantins, Pará. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE MANDIOCA, 14.; FEIRA BRASILEIRA DA MANDIOCA, 1., 2011, Maceió. Mandioca: fonte de alimento e energia: anais. Maceió: ABAM: SBM, 2011.

NAVARRO, Z.S.; CAMPOS, S.K. A. “Pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 25-92. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS. **Fundamentos do cooperativismo** .Brasília.: Sistema OCB, 2017. (Série cooperativismo). 72p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. Developing gender-sensitive value chains – A guiding framework. Rome.: FAO, 2016. Disponível em:<http://www.fao.org/3/a-i6462e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **las mujeres en la agricultura - Cerrar la brecha de género en aras del desarrollo**. Rome.: FAO, 2011. Disponível em:<http://www.fao.org/publications/sofa/2010-11/es/#:~:text=Las%20mujeres%20en%20la%20agricultura,g%3%A9nero%20en%20aras%20del%20desarrollo&text=El%20lograr%20la%20igualdad%20de,agr%3%ADcola%20y%20la%20seguridad%20alimentaria>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **las mujeres en la agricultura - Cerrar la brecha de género en aras del desarrollo**. Rome.: FAO, 2011. Disponível em:<http://www.fao.org/publications/sofa/2010-11/es/#:~:text=Las%20mujeres%20en%20la%20agricultura,g%3%A9nero%20en%20aras%20del%20desarrollo&text=El%20lograr%20la%20igualdad%20de,agr%3%ADcola%20y%20la%20seguridad%20alimentaria>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **las mujeres en la agricultura - Cerrar la brecha de género en aras del desarrollo**. Rome.: FAO, 2011. Disponível em:<http://www.fao.org/publications/sofa/2010-11/es/#:~:text=Las%20mujeres%20en%20la%20agricultura,g%3%A9nero%20en%20aras%20del%20desarrollo&text=El%20lograr%20la%20igualdad%20de,agr%3%ADcola%20y%20la%20seguridad%20alimentaria>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Manual sobre género en agricultura**. [S.].:FAO,2012. Disponível em:<http://www.fao.org/3/a-aj288s.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Un sistema integrado e censos y encuestas agropecuarios**. Roma.: FAO, 2007. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a0135s/a0135s.pdf>, Acesso em: 20 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU MULHERES. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. [S.l.]:ONU MULHERES, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_No_v2017_digital.pdf. Acesso em: 12 de fev. de 2019.

PIRAUX, M.; SOMBRA, S.D.; SIMOES, A. In :SIMÕES, A.; BENASSULY, M. (Org.) **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas**. Belém : Universidade Federal do Pará, 2017. p. 77-114.

REIS, A. A. **Estratégias de Desenvolvimento Local Sustentável da Pequena Produção Familiar na Várzea no Município de Igarapé-Miri (PA)**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2008.

RODRIGUES, P.L.; GUIMARÃES, J.B.; MARTINS, C.M.; SANTOS, M.A.S.; REBELLO, F.K. Dinâmica Socioeconômica e Organizacional em Comunidade Remanescente do Quilombo Rio Gurupá, Marajó, Pará. **Revista Verde**, Pombal, v. 12, n.1, p.105-116, jan./mar. 2017.

RODRIGUES, T.E.; SANTOS, P.L.; OLIVEIRA JUNIOR, R.C.; SILVA, J.M.L.; VALENTE, M.A.; CARDOSO JUNIOR, E.Q. **Zoneamento agroecológico do município de Cametá, Estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. 44p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 55).

SACHS, I. **Caminho para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SANTOS, R.B.N.; BRAGA, M.J. Impactos do Crédito Rural na Produtividade da Terra e do Trabalho nas Regiões Brasileiras. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 299-324, jun. 2013.

SILVA, M.C.L.; MOTA, D.M. Dimensões de gênero na experiência educativa em alternância no município de Cametá – Pará. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 37, p. 161 – 184, set/dez. 2010.

SPANVELLO, R.M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Revista Latinoamericana**, Santiago, v. 15, n. 44, p. 393-414. 2016.

4. EMPREENDEDORISMO FEMININO E EMPODERAMENTO DA MULHER: CONSTRUINDO UM INDICADOR E AVALIANDO O PERFIL DE PRODUTORAS RURAIS EM MUNICÍPIOS DO BAIXO TOCANTINS

Resumo

Os esforços de empoderar e incentivar o movimento empreendedor por parte das mulheres são importantes na promoção do desenvolvimento sustentável. O objetivo do trabalho foi construir um indicador do empreendedorismo e empoderamento da mulher e avaliar o perfil das agricultoras familiares em cooperativas em dois municípios do estado do Pará. Os dados foram levantados nos municípios de Cametá e Igarapé-Miri, em diversas cooperativas, cujo modelo organizacional é democrático e igualitário. Foram realizadas entrevistas com mulheres da agricultura familiar a partir de questionários, a análise fatorial foi utilizada para gerar o Índice de Empreendedorismo e Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar (IEEF). Os resultados mostraram que o IEEF foi significativo na captação do perfil empreendedor e empoderamento da mulher. Quanto a caracterização do perfil das agricultoras, a maior parte apresentou índice médio de empreendedorismo e empoderamento feminino. Os resultados apontam para um efeito positivo da organização social e de iniciativas que ampliem participação cívica na redução de lacunas e no fortalecimento do capital social. Contudo, ainda há um forte efeito da desigualdade de gênero sobre as agricultoras. Estes resultados podem servir de base para o fomento de políticas públicas e estratégias de ação voltadas à realidade local no incentivo de iniciativas empreendedoras de pequenas agricultoras e contribuir com o empoderamento como forma de promover uma maior igualdade gênero e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Cooperativismo de gênero; empreendedora social; igualdade de gênero.

ABSTRACT

Women are rarely considered to be economic agents, especially in rural settings. Empowering and encouraging the entrepreneurial movement on the part of women are important strategies in promoting sustainable development. The objective of the work was to build an indicator of women's entrepreneurship and empowerment and to evaluate the profile of family farmers in cooperatives in two municipalities in the state of Pará. The data were collected in the municipalities of Cametá and Igarapé-miri, in several cooperatives, whose model organizational is democratic and egalitarian. Interviews were conducted with women from family farming using a semi-structured questionnaire, factor analysis was used to generate the

Index of Entrepreneurship and Female Empowerment in Family Farming (IEEF). The results showed that the IEEF was significant in capturing the entrepreneurial profile and empowering women. Regarding the characterization of the profile of women farmers, most of them presented an average index of female entrepreneurship and empowerment. He pointed to a positive effect of social organization and initiatives that expand civic participation in reducing gaps and strengthening social capital. However, there is still a strong effect of gender inequality on female farmers. These results can serve as a basis for the promotion of public policies and action strategies geared to the local reality in encouraging entrepreneurial initiatives by small farmers and contribute to empowerment as a way to promote greater gender equality and sustainable development.

Keywords: Gender cooperativismo; Social entrepreneur; Gender equality.

4.1 Introdução

A revolução industrial iniciada no século XVIII representa um importante ponto na linha histórica do processo da inserção da mulher no mercado de trabalho, no qual, a palavra subemprego destaca-se. Essa problemática global afeta homens e mulheres atingindo mais de 470 milhões de pessoas no mundo, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT (2020).

Na perspectiva da mulher, o subemprego é ainda mais característico. Como pontua Muhammad Yunus (2010), prêmio Nobel da paz, em seu livro *o banqueiro dos pobres* - as mulheres raramente são consideradas agentes econômicos, vítimas dos subempregos, estão sempre econômica e socialmente desfavorecidas.

Essas complexas disparidades na divisão do trabalho entre homem e mulher, geralmente são moldadas e constituem sociedades conforme Putnam (2002), preponderantemente “verticais” nas relações de poder, em uma realidade assimétrica de hierarquia e dependência entre os indivíduos. No Brasil, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), as mulheres estão submetidas, principalmente, a desagregação ocupacional e a discriminação salarial.

Essas assimetrias, quando se considera a mulher rural, podem ser ainda mais limitantes. No campo, as mulheres rurais sobrevivem em um contexto de invisibilidade, acumulando atividade produtiva e doméstica comumente não remunerada, quase sempre sem participação na tomada de decisão produtiva em um contexto de grandes lacunas no acesso à informação, assistência técnica, financiamentos e mercados, marcados pela desigualdade e discriminação (SILIPRANDI, 2012) e que, segundo a Organização das Nações Unidas para

Alimentação e Agricultura – FAO (2019), constitui uma das causas estruturais da pobreza rural.

Nesse contexto, o empreendedorismo pode ser visto como uma interessante estratégia de desenvolvimento rural. No Brasil, ao contrário a grande parte dos países, há um número crescente de iniciativas empreendedoras por partes das mulheres segundo o Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2018).

Essa tendência também é observada no campo, pois de acordo com a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG (2017), as mulheres naturalmente são mais empreendedoras que os homens, além do trabalho rotineiro, dedicam-se ainda, a venda de produtos caseiros e artesanato, estando presentes em todas as cadeias do setor. Segundo Sidhu e Kaur (2006) como efeitos positivos para as mulheres agricultoras estão: geração de emprego, maior independência econômica, autoconfiança, liderança e interação social.

Esses movimentos empreendedores podem suscitar, a médio e longo prazo, mudanças na construção histórica, tendo o empreendedorismo como um meio catalizador na ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho. Conforme Veiga (2001), os empreendedores são os principais agentes de mudança econômica, visto que, disseminam e aplicam as inovações que contribuem para o maior uso de recursos e expansão de fronteiras, sendo essencial ao dinamismo econômico.

Neste ponto, é necessário por parte das instituições, a introdução e desenvolvimento de políticas e estratégias que estimulem iniciativas empreendedoras das mulheres, que estejam em acordo com a realidade local e com as políticas ambientais globais, para ampliar a igualdade de gênero no país. Na região do Baixo Tocantins, Nordeste Paraense, empreendimentos pautados no cooperativismo podem cumprir esse papel, visto que, segundo Sepúlveda (2003) as relações sociais desenvolvidas pelos empreendedores rurais contribuem para a inovação e competitividade.

O cooperativismo também pode contribuir para o empoderamento da mulher, pois segundo Putnam (2002) estruturas sociais de cooperação reforçam normas e valores da comunidade cívica, resultando maior igualdade ente os indivíduos, no qual a cooperação assim como outros sistemas de participação cívica, representa uma intensa interação “horizontal”, em que os agentes têm o mesmo status e os mesmos poderes, fortalecendo o capital social, reduzindo na sociedade, sistemas “verticais”. É, portanto, essencial para o equilíbrio das relações de gênero no meio rural ao contribuir com a redução de lacunas, uma vez que segundo Alkire (2013) empoderar a mulher garante acesso e controle sobre os recursos produtivos e promove o aumento da produtividade. Conforme a Organizações das

Nações Unidas – ONU, alcançar a igualdade de gênero e promover o empoderamento da mulher é um dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Diante desse contexto, o objetivo do trabalho foi construir um indicador do empreendedorismo e empoderamento da mulher e avaliar o perfil das agricultoras familiares em cooperativas em dois municípios da região do Baixo Tocantins, estado do Pará.

4.2 Metodologia

Área de estudo

O estudo foi realizado em dois municípios do Baixo Tocantins, Nordeste Paraense: Cametá e Igarapé-Miri, que cobrem uma área de 5.078,16 Km². O município de Cametá está localizado entre as coordenadas de 01°55'00" e 02°38'25" de latitude sul e 49°50'34" e 49°11'13" de longitude a Oeste de Greenwich, e limita - se ao leste de do município Igarapé-Miri cujas coordenadas 01°58'00" de latitude sul e 48°58'58" longitude a Oeste. Os municípios localizam-se na microrregião de Cametá que é composta por 7 municípios: Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba e Oeiras do Pará, abrangendo uma área de 16.662,291 km² (IBGE, 2010).

Os municípios estudados apresentam uma população de aproximadamente, 200.588 habitantes. Considerando a estrutura produtiva e a predominância dos setores econômicos, segundo Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - Fapespa, Cametá e Igarapé-Miri tem a maior contribuição percentual do setor da agropecuária, 32,00% e 31,19% (FAPESPA, 2017), denotando a importância das atividades conduzidas pelas comunidades rurais nas economias municipais.

Dados do IBGE (2017) mostram que no âmbito rural, a microrregião apresenta 54.263 estabelecimentos agropecuários, dos quais, 19,3% dos estabelecimentos na região são lideradas por mulheres.

A realidade da população na região é bastante precária com índice de desenvolvimento humano - IDHM de 0,573, (FAPESPA, 2010), valor considerado baixo, denotando grades vulnerabilidades e disparidades sociais.

As mulheres entrevistadas vivem principalmente nas áreas de várzea (60%), residindo nas regiões das ilhas ao entorno dos municípios. Participam de cooperativas e associações, que quando não exclusivamente de mulheres, representavam em sua maioria percentuais inferiores à 30% de participação feminina. São elas: Cooperativismo Agroextrativista Resistência do Tocantins – Cart, Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres do

Município de Cameté – COOPMUC, Cooperativa Agrícola dos Empreendedores populares de Igarapé-Miri -CAEPIM e Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó -AMA.

Coleta e análise de dados

O estudo de campo iniciou dia 15 de outubro de 2019, sendo feitas visitas *in loco* nas residências das entrevistadas ou em reuniões em grupos previamente solicitadas junto aos líderes das associações e cooperativas. Foram entrevistadas 40 produtoras através de questionários semiestruturados divididos em 4 blocos: Bloco 1 – Perfil socioeconômico; Bloco 2 – Sistema de produção e comercialização; Bloco 3 – Associativismo/cooperativismo feminino e Bloco 4 – Perfil Empreendedor.

A metodologia incorporada no questionário, quanto ao empoderamento da mulher, considerou a base teórica referente aos cinco “domínios de empoderamento” (5DE) sub-índice do Índice de Empoderamento das Mulheres na Agricultura (WEAI), são eles: Decisões sobre produção; Acesso e poder de decisão sobre os recursos produtivos; Controle sobre o uso da renda; liderança na comunidade e alocação de tempo (ALKIRE et al.; 2013). Estes 5 domínios foram adaptados e incorporados ao questionário.

Quanto ao perfil empreendedor - Foi adaptado do modelo metodológico empregado por Gomes (2006), que utiliza-se de uma análise comportamental fundamentada em literatura especializada visando conhecer o perfil empreendedor da Mulher, são considerados na metodologia 5 variáveis de pesquisa: necessidades pessoais; habilidades e conhecimento sobre o negócio; habilidades e conhecimentos gerenciais; habilidades e conhecimentos técnicos; e habilidade de relacionamento interpessoal, cada uma destas variáveis possuem um conjunto de atributos que caracterizam o empreendedor.

O índice foi estimado com o uso do *software* estatístico IBM SPSS *Statistics* 22, versão do estudante. No processamento dos dados foi utilizado a Análise Fatorial Exploratória (AFE). A metodologia foi escolhida por ter a função de reduzir um grande número de variáveis em um número reduzido de fatores, ao reduzir as dimensões é possível de forma clara descrever os dados derivados dessas variáveis (HAIR et al., 2005; URBINA, 2007), resumindo sem perder as características originais (MATOS; RODRIGUES, 2019).

O modelo de análise fatorial pode ser apresentado na forma matricial, conforme Dillon e Goldstein (1984):

$$X = \alpha F + \varepsilon \quad (1)$$

X = p-dimensional vetor transposto das variáveis observáveis, denotado por X = (x1, x2, ..., xp)';

F = q-dimensional vetor transposto de variáveis não-observáveis ou variáveis latentes chamadas de “fatores comuns”, denotado por $F = (f_1, f_2, \dots, f_q)'$, sendo $q < p$;

ε = p-dimensional vetor transposto de variáveis aleatórias ou fatores únicos, $\varepsilon = (\varepsilon_1, \varepsilon_2, \dots, \varepsilon_p)'$;

α = matriz (p, q) de constantes desconhecidas, chamadas de “cargas fatoriais”.

As etapas para estimação do índice de Empreendedorismo e Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar (IEEF), foram as seguintes etapas: primeiramente houve a extração de fatores. A técnica para extração dos fatores utilizada foi: componentes principais (*principal components*), que segundo Matos e Rodrigues (2019) é um dos métodos mais comuns, utilizando-se das variáveis originais, produz combinações lineares independentes entre si e explicam o máximo da variabilidade. Para facilitar a interpretação dos dados e evitar a indeterminação fatorial foi aplicado o método de rotação ortogonal (varimax), e para a determinação dos fatores seguiu-se um conjunto de critérios: (i) critério do autovalor (eigenvalue); (ii) critério do diagrama de inclinação (Scree test) e (iii) critério da porcentagem de variância acumulada (MATOS; RODRIGUES, 2019).

A metodologia para elaboração do índice (IEEF), utiliza-se da combinação linear dos escores fatoriais e a proporção de variância explicada em cada fator:

$$IEEF_i = \sum_{j=1}^q \left(\frac{\lambda_j}{\sum_j \lambda_j} FP_{ij} \right), (i = 1, 2, \dots, n) \quad (2)$$

λ = é a variância explicada por cada fator;

$\Sigma\lambda$ = é a soma total da variância explicada pelo conjunto de fatores comuns;

Em seguida foi realizada a padronização dos escores fatoriais (FP), visando à obtenção de valores positivos e permitir a classificação das agricultoras quanto ao seu grau de empoderamento e empreendedorismo. Para fazer com que os valores do IEEF variem entre zero e 1 utilizou-se a seguinte fórmula:

$$FP_i = \left(\frac{F_i - F_{min}}{F_{max} - F_{min}} \right) \quad (3)$$

Após essa etapa foi ordenada e categorizadas as produtoras em alto, médio e baixo índice empreendedor e de empoderamento, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 1 - Categorização do Índice de Empreendedorismo e Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar (IEEF).

Categorização	IEEF
Alto	$\geq 0,70$
Médio	$0,50 \geq 0,69$
Baixo	$< 0,50$

Fonte: dados da pesquisa.

Para atestar a adequabilidade dos dados a análise fatorial foram realizados os testes de Bartlett, que com a rejeição da hipótese nula, confirma-se que existe algum tipo de associação entre as variáveis e que elas podem, de fato representar conjuntamente um ou mais traços latentes, devendo ser estatisticamente significante ($p < 0,05$). Também se aplicou o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), no qual, valores menores ou igual a 0,5 indicam que o tamanho da amostra é inadequado (MATOS; RODRIGUES, 2019). No presente caso, a amostra foi considerada adequada.

4.3 Resultados e discussão

Caracterização do perfil empreendedor das agricultoras

A partir dos resultados das características comportamentais das agricultoras, observou-se quais atributos apresentavam maior peso entre as mulheres, gráfico 1, no qual “Relacionamento interpessoal” teve maior expressão, a esse atributo são considerados: administração participativa, integridade, liderança e redes de contatos, envolve ações coletivas como prioridade, princípios como honestidade e coerência, capacidade de liderança. Essa resposta é condizente com o perfil das respondentes por se tratarem de mulheres que trabalham em cooperativas.

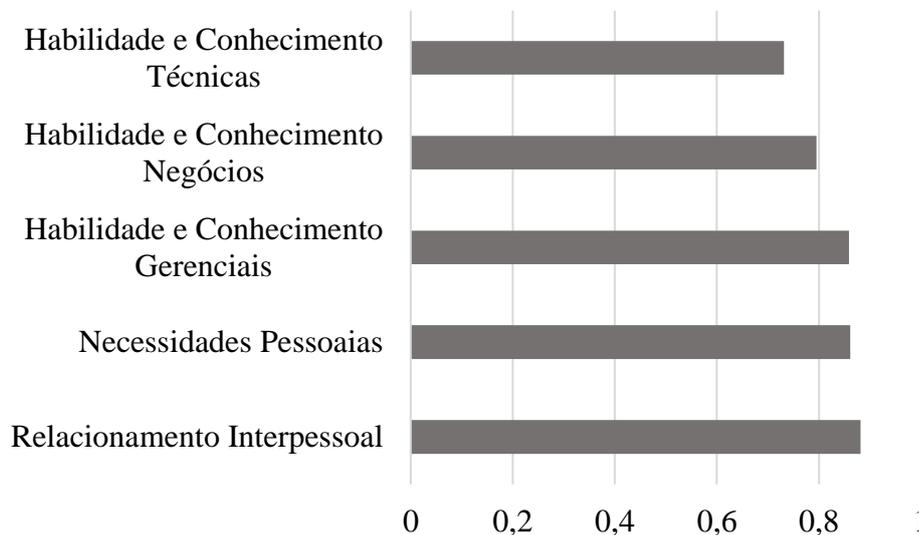
Considerando esse atributo específico dentro da característica que contempla habilidade de relacionamento, todas as respondentes declaram ter grande interesse em abrir negócios e empreender de forma cooperativa, expressando uma alta consciência coletiva. Estudo nesse sentido aponta para o chamado empreendedorismo social. Conceitos como empreendedorismo social e inovação inclusiva vem ganhando força como uma das estratégias que podem impulsionar o desenvolvimento (BRUTON; AHLSTROM; SI, 2015).

Na perspectiva da agricultura familiar, particularmente das mulheres rurais, que sofrem grandes privações no acesso aos instrumentos de produção, a cooperação entre agricultoras pode representar efeito expressivo na redução de lacunas de gênero. Os agricultores podem realizar economias de escala na aquisição de insumos, assim como podem melhorar seus padrões de produção e comercialização, acessarem crédito, transporte,

assistência técnica, também contribuindo com a criação de empregos e proporcionar maior desenvolvimento local (ENGEL; ALMEIDA; DEPONTI, 2014), com a agricultura sendo enquadrada como empreendedorismo social e representando para as mulheres o desejo de serem empoderadas e autossuficientes (GRAMM; TORRE; MEMBRETTI, 2020).

Em um estudo sobre a relação das mulheres com o poder (JONATHAN, 2011), ao analisar características de liderança femininas, observou que as mulheres tendem a construir redes sociais em prol das melhorias das próprias mulheres, buscando promover inclusão social e profissional.

Gráfico 1-Ordem de atributos com maior peso entre as mulheres dos municípios da mesorregião nordeste do estado do Pará.



Fonte: dados de pesquisa.

Entretanto é importante destacar que na realidade brasileira o empreendedorismo pode, por parte de algumas mulheres, representar uma estratégia de sobrevivência, especialmente em regiões mais pobres onde predominam negócios informais em condições de profundo desemprego, sendo aberto negócios muitas vezes sem qualquer planejamento. Segundo o Global Entrepreneurship Monitor – (2018) essas são características que classificam os chamados empreendedores por necessidade, que não tem outra oportunidade de geração de renda e ocupação, entretanto podem existir indivíduos que tem identificação e aproveitam oportunidades para criar seus negócios.

Esses resultados são importantes na caracterização do perfil das mulheres. Segundo Filion (1997) para conhecer o empreendedor é necessário compreender sua característica, habilidades e competência. Essas características, segundo Bernardi (2019), podem incluir pontos de personalidade como: senso de oportunidade, dominância, agressividade,

autoconfiança, otimismo, independência, persistência, flexibilidade, criatividade, propensão aos riscos, liderança carismática, habilidade de equilibrar “sonho” e realização e habilidade de relacionamento.

Há três correntes predominantes de estudo do empreendedorismo: economistas (Schumpeter, 1997) pioneiros ao associar empreendedor à inovação; os comportamentalistas (McClelland, 1972) que consideram aspectos criativos e intuitivos das atitudes do empreendedor, responsável pelas transformações no ambiente organizacional, possibilitando o desenvolvimento de novas tecnologias, novos procedimentos gerenciais e pôr fim a corrente sociológica (Hofstede, 1980 e 1983; Weber, 1982) que consideram a influência da cultura e estruturas sociais sobre a atividade empreendedora (OLIVEIRA; SILVA; ARAÚJO, 2014) .

Salienta-se que a corrente comportamental configura-se como a mais adequada na construção do perfil, visto que as definições tradicionais de empreendedor como: agente inovação; tomador de riscos; força estabilizadora; fundador ou possuir e administrador de um negócio, são pouco abrangentes considerando o contexto das zonas rurais (TYSON; PETRIN; ROGERS, 1994).

Índice de Empreendedorismo e Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar (IEEF)

O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) foi da ordem de 0,777, neste caso, conforme classificação de Field et al. (2012), é considerado um resultado “bom” estando entre 0,7 - 0,8. O teste esfericidade de Bartlett's, apresentou valor de 150,511, significativo a 1% de probabilidade, tabela 3. Com isso, aceita-se a hipótese alternativa. Há correlação entre as variáveis, descartando a hipótese nula em que a matriz de correlação seria uma matriz identidade. Portanto, com estes resultados, atesta-se a adequabilidade da amostra ao modelo de análise fatorial.

A partir da análise fatorial, foi possível a obtenção de fatores lineares e independentes, o modelo estimado permitiu a identificação de três fatores que explicaram mais de 60% do fenômeno. Hair et al. (2005) sugerem o patamar de 60% como aceitável de variância acumulada nas Ciências Humanas e Sociais. O fator 1 explicou 33,03% da variância total, o fator 2 (21,23%) e o fator 3 (15,16%), na Tabela 3 apresenta-se a matriz de carga rotacionada com as variáveis que compõem cada fator.

Tabela 3 - Matriz de cargas fatoriais após a rotação ortogonal pelo método Varimax e Comunalidades.

Variáveis	F1	F2	F3	Comunalidades
Necessidades pessoais	0,846	0,037	-0,089	0,725
Habilidades e conhecimentos negócios	0,779	-0,048	0,353	0,734
Habilidades e conhecimentos gerenciais	0,807	0,319	-0,130	0,770
Habilidades e conhecimentos técnicos	0,696	0,325	0,310	0,685
Habilidade de relacionamento interpessoal	0,741	0,253	-0,013	0,613
Participação nas decisões de produção e comercialização	0,120	0,776	-0,064	0,620
Nível de envolvimento com a associação/cooperativa	0,281	0,832	0,034	0,772
Participação em cursos	0,046	0,739	0,446	0,747
Nível de instrução	0,422	0,027	0,614	0,556
Renda familiar	-0,153	0,088	0,831	0,721
Variância explicada (%)	33,03	21,23	15,15	-
Variância acumulada (%)	33,03	54,26	69,43	-

Fonte: dados da pesquisa.

Notas: KMO = 0,777, Teste de Bartlett's = 150,511, significativo a 1% de probabilidade.

De modo geral, como observado na tabela 3, grande parte da variabilidade das variáveis foi explicada pelos fatores estimados, pois a maioria dos valores das comunalidades foi superior a 0,7, a menor comunalidade foi observada na variável “Nível de instrução” (0,556), denotando uma parte considerável da variância não explicada pelos fatores, porém, é uma variável muito importante na mensuração, e sua manutenção no modelo foi embasada na teoria que tange a análise comportamental, ao compreender uma importante característica do perfil empreendedor.

O primeiro fator agrupou as seguintes variáveis: Necessidades pessoais, Habilidades e conhecimentos negócios, Habilidades e conhecimentos gerenciais Habilidades, conhecimentos técnicos e Habilidade de relacionamento interpessoal, esse fator foi denominado “Empreendedor Nato”. Essas variáveis estão ligadas ao negócio, e apresentam relações positivas com o fator, à medida que são características de indivíduos com perfil empreendedor.

O fator “Empreendedor Nato” é importante do ponto de vista teórico. No empreendedorismo, considera-se a capacidade de gerar capital social e humano do indivíduo, e ou, de uma comunidade na busca de desenvolver formas de solucionar problemas e dar-lhes oportunidades futuras (ZARPELLON, 2010). Em meio a tanta desigualdade dentro do mercado de trabalho, as mulheres, neste cenário, tem buscado cada vez mais protagonismo, e uma forma de alcança-lo é por meio do empreendedorismo, pois segundo Gomes (2006),

independente do gênero, as pessoas são motivadas a empreender para obter senso de realização, independência e percepção do mercado de trabalho.

O segundo fator agrupou as variáveis: Participação nas decisões de produção e comercialização, Nível de envolvimento com a associação/cooperativa e a variável Participação em cursos. Denominado “Ação cooperativa”. Esse fator é construído a partir da ação e organização dessas mulheres, visto que à medida que, ampliam seu papel dentro destas organizações econômicas, percebe um efeito direto na participação sobre a produção e as decisões de comercialização, dado seu papel como cooperada e não apenas como uma “ajudante do marido”. Observou-se também que a partir de seu maior envolvimento na cooperativa, houve a ampliação de seu acesso a cursos de capacitação, propiciadas pelo esforço da comunidade na busca por maior educação, com forte efeito sobre as características dos sistemas onde estão inseridas.

Essas organizações criadas, em geral por comunidades locais, apresentam entre seus valores e princípios, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, a posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática, educação, formação e informação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade, equidade, justiça social, dentre outros importantes princípios no desenvolvimento de suas atividades (OCB, 2017).

Estes princípios são apontados por alguns estudos como uma forma de impulsionar o empreendedorismo e ainda propiciar o empoderamento da mulher. Bastida et al.; (2020), estudando cooperativas na Espanha, observou que os princípios do cooperativismo são um dos fatores que mais influenciam a participação feminina em cooperativas, analisando o envolvimento delas, considerando suas expectativas sociais e econômicas, assim como as necessidades individuais, constatou que para elas foi possível avanços na carreira e evitar o subemprego, perda de salário e insegurança de longo prazo, dando-lhes a oportunidade de vislumbrar um maior desenvolvimento pessoal e profissional, em ambiente com maior igualdade cujo modelo pode aumentar o empoderamento das mulheres e diminuir a diferença de gênero.

Estudando o empreendedorismo social das mulheres Dalkiran (2017), destacou que o empreendedorismo feminino em cooperativas pode facilitar o progresso no cumprimento das metas de desenvolvimento tanto no âmbito regional como nacional. Denotando a importância dessas instituições para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, sustentabilidade como princípio para os empreendimentos na região, é um fator de necessária atenção. É fortemente relacionada a igualdade de gênero (DAL MAS; PAOLONI, 2019), não só considerando a utilização dos recursos naturais, que deve ser

abordado de forma a considera a biodiversidade, conservação e o uso racional destes recursos, mas também considera a sustentabilidade social pela necessidade de haver o alcance de patamares satisfatórios de homogeneidade social, distribuição justa de renda e emprego pleno (SACHS, 2002).

Entretanto, estes princípios e valores, segundo Pérez (2017), que são do interesse social das sociedades cooperativas e de natureza inerente a elas, ainda que, por incluir a igualdade de gênero de forma direta e transversalmente, acrescenta que essa relação é uma perspectiva que precisa de mais desenvolvimento doutrinário e jurídico, por verificar que as cooperativas estão longe de cumprir plenamente esses princípios.

O terceiro fator agrupou, o Nível de instrução e Renda familiar, e foi denominado “desenvolvimento e potencialidades” pela relação direta entre nível escolar e o acesso a melhoria de renda e ampliação de oportunidades, com maior visibilidade da mulher e remuneração pela sua mão de obra. Considerando essa dimensão, segundo o Banco Mundial (2011) em um relatório sobre desenvolvimento abordando a igualdade de gênero, mostra que as mulheres enfrentam discriminação nos mercados ou instituições societárias que as impedem de concluir sua educação, ocupar determinados cargos e ganhar os mesmos salários dos homens, resultando em perdas econômicas.

Todavia, um importante autor, em sua experiência no fomento de microcrédito, (YUNUS, 2010, p.117), constatou que “o dinheiro, quando utilizado por uma mulher na família, beneficia mais o conjunto dos membros do que quando utilizado por homens”. E também observou por parte delas maior preocupação com a fome e a pobreza, e percebeu que o fomento de crédito a elas produzia rapidamente mudanças. Denotando assim, a importância da participação da mulher na renda familiar, como observado no terceiro fator, para atingir maiores índices de empoderamento feminino. Nesse sentido, dar oportunidades de trabalho as mulheres e incentivar iniciativas empreendedoras que garantam o acesso a renda, pode representar um avanço substancial na melhoria da qualidade de vida da família.

A partir da obtenção dos valores das cargas fatoriais (tabela 3), para identificação de quais variáveis formam dimensões latentes, seguida da denominação dos fatores, visando facilitar análise, utilizou-se os escores padronizados para elaborar o índice Empreendedorismo e Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar (IEEF), apresentado na Tabela 4.

A classificação foi realizada de modo que valores iguais ou superiores 0,7 são considerados altos, representando o maior grau de adequação destas dimensões, podendo essa agricultora servir de parâmetro ou modelo de liderança na comunidade, valores entre 0,50 e 0,69, representam índices médios, necessitando medidas que potencializem os resultados

intermediários por elas apresentados, e inferiores a 0,50 são considerados baixos, correspondem a mulheres com menor perfil empreendedor, com maiores índices de marginalização e menor participação no sistema produtivo familiar.

Tabela 4 - Escores fatoriais e Índice de Empreendedorismo e Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar (IEEF).

Agricultora	F1	F2	F3	FP1	FP2	FP3	IEEF	Categorização
4	0,6765	1,0732	0,5681	0,8026	0,9412	0,5493	0,8204	Alto
16	1,0965	0,5066	0,9539	0,8915	0,7868	0,6472	0,7906	Alto
11	0,9213	0,6409	-0,7803	0,8544	0,8234	0,207	0,7863	Alto
21	1,6084	-0,4227	-0,4621	1	0,5336	0,2878	0,7835	Alto
24	0,3657	1,2213	-0,8832	0,7367	0,9815	0,1809	0,7649	Alto
31	-0,0126	0,4807	-0,2317	0,6566	0,7797	0,3463	0,7287	Alto
25	0,3369	0,4052	0,4639	0,7306	0,7592	0,5228	0,7262	Alto
29	0,6788	1,1967	-0,4348	0,8031	0,9748	0,2947	0,7244	Alto
26	0,9466	0,6846	1,0454	0,8598	0,8353	0,6705	0,7212	Alto
9	-0,4938	1,2891	-0,8654	0,5547	1	0,1854	0,7071	Alto
28	0,403	1,0593	-1,3254	0,7446	0,9374	0,0686	0,7053	Alto
20	1,1812	-0,1492	-0,705	0,9095	0,6081	0,2261	0,6815	Médio
19	1,3396	-0,3558	-0,0133	0,9431	0,5518	0,4017	0,6668	Médio
22	-0,1197	1,071	1,0122	0,6339	0,9406	0,662	0,649	Médio
35	0,817	-0,3476	-1,1233	0,8324	0,554	0,12	0,6465	Médio
36	1,2458	-1,0929	-0,1334	0,9232	0,3509	0,3712	0,6416	Médio
30	-0,1967	0,8799	-0,7985	0,6176	0,8885	0,2024	0,6412	Médio
2	-0,3208	0,2546	1,4059	0,5913	0,7181	0,762	0,6333	Médio
18	-0,4413	0,8862	2,3436	0,5658	0,8902	1	0,6292	Médio
3	-1,102	1,2507	0,7909	0,4258	0,9896	0,6058	0,6252	Médio
14	-0,4573	1,0107	-1,5644	0,5624	0,9241	0,008	0,6038	Médio
15	-0,6299	0,0888	-0,6289	0,5259	0,6729	0,2454	0,5973	Médio
1	-1,3014	0,5999	1,1513	0,3836	0,8122	0,6973	0,5973	Médio
13	0,0155	0,9782	-0,8036	0,6626	0,9153	0,2011	0,5969	Médio
38	0,616	-1,5295	0,9533	0,7898	0,232	0,6471	0,593	Médio
40	-0,3895	-1,1867	-0,3306	0,5768	0,3254	0,3212	0,5923	Médio
37	0,0864	-1,0303	0,1182	0,6776	0,368	0,4351	0,5762	Médio
5	0,6012	-0,3005	1,1225	0,7866	0,5668	0,69	0,5681	Médio
39	0,5734	-0,8726	1,043	0,7808	0,411	0,6698	0,5673	Médio
32	-0,1262	0,2961	1,6121	0,6326	0,7294	0,8143	0,5665	Médio
33	-0,0659	-0,9076	-0,8291	0,6453	0,4014	0,1946	0,5477	Médio
12	0,4782	-0,8718	0,7129	0,7606	0,4112	0,5861	0,5315	Médio
27	0,3688	-0,5759	-0,5738	0,7374	0,4918	0,2594	0,5162	Médio
34	-0,4417	-0,6079	0,5317	0,5657	0,4831	0,5401	0,4431	Baixo
10	-1,3632	0,2411	0,8821	0,3705	0,7144	0,629	0,44	Baixo
6	0,4549	-1,7551	-1,2265	0,7556	0,1705	0,0937	0,4138	Baixo
8	-0,5713	-1,0327	-1,5958	0,5383	0,3673	0	0,4089	Baixo
23	-0,8293	-1,7858	-0,5179	0,4836	0,1621	0,2736	0,3192	Baixo
7	-3,1123	1,0905	-1,557	0	0,9459	0,0098	0,2892	Baixo
17	-2,8364	-2,3808	0,673	0,0585	0	0,5759	0,2462	Baixo

Fonte: dados da pesquisa.

Do total de mulheres agricultoras, 11 (27,5%) apresentaram altos índices de empreendedorismo e empoderamento feminino, 33 (55%) médio e 7 (17,5%) baixo, Tabela 4. O maior índice foi observado para agricultora 4 (IEEF = 0,8204), ainda que menos expressivo nos fatores 1 e 3, apresentou o maior desempenho com forte efeito do segundo fator “Ação cooperativa”, composto pelas variáveis: Participação nas decisões de produção e comercialização, Nível de envolvimento com a associação/cooperativa e Participação em cursos. Podendo este resultado estar associado a importância da organização social na ampliação da participação ativa da mulher como produtora, resultando em maior empoderamento sobre as decisões produtivas, tanto antes da parteira, considerando o momento da escolha do que produzir, quanto depois da parteira, no momento da comercializar da produção. Durante a visita *in loco*, constatou-se que a agricultora é uma das líderes dentro da cooperativa e altamente engajada no movimento cooperativo.

A organização social, como sistemas de cooperativas tem efeitos importantes na correção de desvantagens e no seu processo de empoderamento. Estudo nesse sentido de Haugh e Talwar (2016) com mulheres e uma empresa social rural no norte da Índia, mostrou que a organização social promoveu o aumento na confiança, liberdade, orgulho e contentamento, independência, renda, promovendo seu empoderamento econômico, social e político. Essas organizações comunitárias ou agrícolas são grupos de trabalho que constituem uma nova e promissora forma de capital social (ABDELALI-MARTINI; PRICK, 2015), e ajudam na reflexão do papel do capital social para compreender o agricultor rural enquanto empreendedor (TOMEI; SOUZA, 2014).

O percentual de 55% das mulheres que apresentaram índices médios com resultados intermediários e até negativos em algumas dimensões do IEEF, mostra que há a necessidade de trabalhar caso a caso a fim de garantir um maior equilíbrio relativo na participação da maioria das dimensões que compõem os fatores. A importância de estimular essas mulheres a desenvolveres suas competências e características empreendedoras é essencial na garantia da melhoria da sua qualidade de vida.

Ao estudar o impacto das competências empresariais na segurança alimentar entre agricultores rurais em KwaZulu-Natal, Sinyolo e Mudhara (2018), constataram que o incentivo ao empreendedorismo por meio do desenvolvimento de competências empreendedoras exerceu efeitos significativos na ampliação da segurança alimentar entre as famílias rurais, sendo possível trabalhar competências estratégicas e estimular a busca por informação, inovação, reconhecimentos de mercados e gestão e, assim, contrapor restrições estruturais e conjunturais a que as mulheres estão submetidas.

Esse resultado, ainda que médios para o empoderamento e empreendedorismo, representam o maior percentual de mulheres da amostra, podendo ser visto como uma tendência positiva de crescimento da participação da mulher como agente produtivo. Segundo Rhein (2016), as mulheres que antes realizavam apenas atividades domésticas, com o tempo passaram a ajudar nas atividades ditas “masculinas” que compreendem os processos de produção nas diferentes atividades rurais.

Entretanto, observa-se que essa tendência não depende apenas do perfil individual, esses resultados médios demonstram uma grande heterogeneidade na realidade dessas agricultoras, com efeito tanto de sua interação com o sistema e de suas relações de trabalho como de sua vocação pessoal na delimitação e construção de suas características empreendedoras, como é o exemplo da agricultora 20, que apresentou valores altos para o fator 1 “Empreendedor Nato”, entretanto escores negativos para os fatores 2 e 3, dessa maneira, apesar de ter naturalmente um perfil empreendedor na busca por independência, não pode expressar sua potencialidade em um ambiente com alto nível de privações, demonstrando o papel do ambiente e das relações de gênero sobre o desenvolvimento do seu perfil empreendedor e de maiores índices de empoderamento feminino.

Um percentual de 17,5% das mulheres apresentam baixos IIEEF, inferiores a 0,50, observando os escores fatoriais de forma ampla, todas apresentaram resultados com lacunas em no mínimo duas dimensões fatoriais, com escores negativos, principalmente no primeiro e segundo fator que apresentam maior poder de explicação do fenômeno, o que pode ser interpretado como efeito das complexas relações de gênero por elas vivenciadas. Esse resultado foi característico, em especial, para a produtora 17 que não apresentou nenhuma participação na tomada de decisão quanto a comercialização, realidade essa observada em 25% das mulheres entrevistadas. Segundo Spanevello, Matte e Boscardin (2016), nesses ambientes há predominância da direção e tomada de decisão masculina, com autonomia feminina apenas em algumas atividades que não são centrais na geração de renda.

Segundo estudos de Carnegie et al. (2020), ao analisarem as normas que sustentam papéis de gênero, observaram que os estereótipos de gênero ainda restringem as mulheres e homens em papéis e responsabilidades diferentes, em que as mulheres são limitadas, principalmente, na participação em decisões produtivas, configurando-se também como uma das principais barreiras para participação das mulheres na aprendizagem técnica, reforçando vieses inconscientes de seu status de “subordinada”, segundo os autores, outro importante fator para essa realidade corresponde ao tempo, considerando que muitas tem que conciliar trabalho e os cuidados com os filhos.

Outro fator observado por estudos de Tomei e Souza (2014) ao analisar a capacidade empreendedoras de agricultores, constatou que entre os fatores com mais limitam o empreendedorismo rural está a falta educação formal, afetando suas capacidades de liderança, inovação e de aprendizagem.

Em última análise, este cenário alinha-se em parte a conjuntura socioeconômica e relações as quais os agentes produtivos estão envolvidos nas diversas cadeias produtivas na região, sendo importante considerar que modelos organizacionais de relações de poder predominantemente horizontal, aliado a organização social, podem promover a formação de capital em uma perspectiva endógena de desenvolvimento que conforme Barqueiro (2002), tem como fator central a acumulação de capital e a organização dos sistemas produtivos locais, condicionando a produtividade e a competitividade de economias nestas regiões. E nesse contexto está a necessidade de organização social, a fim de promover o desenvolvimento e reduzir lacunas de gênero, na promoção não apenas do empoderamento da mulher como no desenvolvimento local.

4.4 Conclusões

O resultado do Índice de Empreendedorismo e Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar (IEEF) se mostrou adequado na identificação dos níveis de empreendedorismo e empoderamento da mulher, podendo ser aplicado em comunidades locais como forma de identificar as principais limitações e potencialidades empreendedoras das agricultoras, levando em consideração tanto o efeito individual do agente como do ambiente.

A partir da caracterização do perfil das agriculturas, foi possível observar que 27,5% apresentaram altos índices de empreendedorismo e empoderamento feminino, 55% médio e 17,5% baixo. Foi observada uma grande heterogeneidade entre as respondentes quanto ao seu perfil, para muitas agricultoras (17,5 %) a realidade é extremamente limitante, marcada por grandes lacunas de gênero, sofrem clara influência do ambiente no desenvolvimento de suas características empreendedoras, principalmente quando o ambiente apresenta altos níveis de privações.

Paralelamente observou-se um efeito positivo da organização social sobre o empoderamento e empreendedorismo feminino, podendo em um sentido mais amplo, compreender um processo de inovação para o contexto de pequenas produtoras, uma vez que também garante mudanças no sistema produtivo.

Observou-se um grande percentual de mulheres que ainda apresentam um nível médio de empoderamento e empreendedorismo, sendo necessárias medidas que fortaleçam seus potenciais como empreendedoras e garantam a elas maior empoderamento, considerando as particularidades locais e suas características socioeconômicas.

Referências

- ABDELALI-MARTINI, M.; PRICK, J.D. Does the feminisation of agricultural labour empower women? insights from female labour contractors and workers in northwest Syria. **Journal of International Development**, v.27, n. 7, p. 898–916, 2015.
- ALKIRAN, G.B. The support of women-work within cooperative enterprises: Sample of Turkey. **Sosyal Bilimler Araştırma Dergisi**, v. 6, n. 3. Set. p. 1–11, 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Todas as Mulheres do Agronegócio**. São Paulo, SP.:ABAG,2017. Disponível em: <http://www.abag.com.br/media/files/sumario-pesquisa-mulheres-do-agro-2017-compressed.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- BAGGIO, A. F; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: Conceitos e definições. Revista de Empreendedorismo, **Inovação e Tecnologia**, v. 1, p. 25-38, 2014.
- BANCO MUNDIAL. **World development report 2012: gender equality and development**. Washington, D.C.: World Bank, 2011. Disponível em : <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/4391>. Acesso em :22 jun.2019.
- BASTIDA, M.; PINTO, L.H.; BLANCO, A,O.; CANCELO, M. Female Entrepreneurship: Can Cooperatives Contribute to Overcoming the Gender Gap? A Spanish First Step to Equality. **Sustainability**, v.12, n.6, mar. P. 1- 17, 2020.
- BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- BRUTON, G. D.; AHLSTROM, D.; SI, S. Entrepreneurship, poverty, and Asia: Moving beyond subsistence entrepreneurship. **Asia Pacific Journal of Management**, United States, v. 32, n. 1, p. 1–22, 2015.
- CARNEGIE, M.; CORNISH, P.S.;HTWE,K.K.; HTWE, N.N. Gender, decision-making and farm practice change: An action learning intervention in Myanmar. **Journal of Rural Studies**, v. 78, n 1. p. 503-515, Sept. 2020.
- DAL MAS, F.; PAOLONI, P. A relational capital perspective on social sustainability; the case of female entrepreneurship in Italy, **Measuring Business Excellence**, v. 24, n. 1, p. 114-130, nov.2019.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ENGEL, V.; ALMEIDA, G. G. F. DE; DEPONTI, C. M. Agricultura familiar no contexto das cooperativas rurais: o caso da Ecocitrus. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 59–81, 2014.

FILION L. J. **From Entrepreneurship to Entreprenology**. HEC, The University of Montreal Business School, 1997.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ. **Boletim agropecuário do Pará 2017**. Belém, PA.:FAPESPA, 2017. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1383.pdf?id=1533567716#:~:text=Entre%20os%20rebanhos%20paraenses%2C%20a,o%203%C2%BA%20maior%20do%20Brasil>. Acesso em: 25 set. 2020.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ. **Síntese do índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM para o estado do Pará**. Belém, PA.:FAPESPA, 2010. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/234.pdf?id=1479216410>. Acesso em: 05 mar. 2020.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **PIB produto interno bruto municipal 2017**. Belém, PA.:FAPESPA, 2017. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/contasregionais/249?&mes=12&ano=2019>. Acesso em: 28 set. 2019.

GIMENES, A. M; SOUZA, E. C; NUNES, L. C; SILVA, J. B. Mulheres empreendedoras: conquistando espaço no setor empreendedor. **Revista Eletrônica Saber**, v. 1, p. 1, 2017.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba.: IBQP, 2018. Disponível em: https://atendimento.sebrae-sc.com.br/wp-content/uploads/2019/05/1551466386GEM_2018.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba.: IBQP, 2015. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf). Acesso em: 14 nov. 2019.

GOMES, A.F. **Mulheres empreendedoras**. 1. Ed. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006, p.172.

GRAMM, V.; TORRE, C. D.; MEMBRETTI, A. Farms in progress-providing childcare services as a means of empowering women farmers in South Tyrol, Italy. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 2, p. 1–18, 2020.

HAIR Jr., J.F.; ANDRESON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. **Análise multivariada de dados**. São Paulo: Bookman, 2005.

HAUGH, H. M.; TALWAR, A. Linking Social Entrepreneurship and Social Change: The Mediating Role of Empowerment. **Journal of Business Ethics**, v. 133, n. 4, p. 643–658, 2016.

HISRICH, R. D; PETERS, M. P; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília, DF.:IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

JONATHAN, E. G. Mulheres empreendedoras: O desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. **Psicologia Clinica**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 65–85, 2011.

McClelland, D. C. **The achieving society**. 1961.(New York: The Free Press).

OLIVEIRA, J. R. C.; SILVA, W. A. C.; ARAÚJO, E. A. T. Características comportamentais empreendedoras em proprietários de mpes longevas do vale do mucuri e Jequitinhonha/MG. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 5, p. 102–139, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Fundamentos do cooperativismo**. Brasília: Sistema OCB, 2017. (Série cooperativismo). 72p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **FAO lança quarta edição da campanha "Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos**. [S.].:FAO,2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1184620/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolución 70/1. Assembleia Geral Index : A/70/L.1, 25 de sept. de 2015.Disponível em: https://unctad.org/meetings/es/SessionalDocuments/ares70d1_es.pdf. . Acesso em: 3 nov. 2019.

PÉREZ, I.V. Principios y valores cooperativos, igualdad de género e interés social en las cooperativas. España. **Revista Jurídica de Economía Social y Cooperativa**, v.1, n. 30, p. 47-83, jun.2017.

RHEIN, T. H. **Desafio da mulher na gestão das propriedades rurais familiares do município de Westfália/RS**. 2016. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Centro Universitário UNIVATES, Lajeado-RS, 2016.

SCHUMPETER J.A **Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung**, 1.ed. Duncker & Humblot, Leipzig. 1911.

SIDHU, K.; KAUR, S. Development of Entrepreneurship among Rural Women. **Journal of Social Sciences**, v.13, n. 2, 147–149. 2006.

SILIPRANDI, E. Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres. *In*: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero**. 1.ed. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 22-28.

SPANEVERELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Revista Latino americana**, Santiago, v. 15, n. 44, p. 393- 414, 2016.

TOMEI, P. A.; SOUZA, D. A. A. L. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**. v. 13, n. 3, p. 107-122, 2014.

TYSON, L. D. A.; PETRIN, T.; ROGERS, H. Promoting entrepreneurship in Eastern Europe. **Small Business Economics**, v. 6, n. 3, p. 165–184, 1994.

VEIGA, J.E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 15, n. 43, p.101-119 set./ out. 2001.

ZARPELLON, S. C. O empreendedorismo e a teoria econômica institucional. **Revista Iberoamericana de Ciências Empresariais y Economía**, v.1, n.1, p. 47-55, 2010.

5 CONCLUSÕES GERAIS

No panorama regional, o estado do Pará dentro do contexto da mulher na agricultura, é fortemente marcado por lacunas de gênero. Fenômeno esse demonstrado particularmente quando se considera um dos principais recursos escassos na agricultura, o acesso e uso da terra, ao qual, as mulheres apresentarem-se, segundo dados da pesquisa, desfavorecidas em relação aos homens.

Constatou-se grande hierarquia nas relações e interrelações dentro do sistema produtivo, considerando a totalidade dos resultados apresentados. A participação feminina ocorre particularmente em atividades consideradas mais “leves” e com menor participação nas decisões produtivas, considerando-as, modo geral, apenas ajudantes e denotando uma tradicional relação dos estereótipos de gênero.

Entretanto, os resultados também demonstram que há uma necessária e importante movimentação das mulheres, do ponto de vista da identidade ocupacional, no reconhecimento maior de sua participação com agente produtivo. Cabendo ressaltar a extrema necessidade de considerar a estratificação por gênero dentro dos levantamentos oficiais, visando captar de forma mais fidedigna a realidade da mulher na agricultura.

Quando observado o contexto local, nos municípios de Cametá e Igarapé-Miri, os resultados ainda refletiram o panorama observado em âmbito estadual, contudo, demonstram uma fundamental participação da mulher como agricultura familiar na complementação e até mesmo como única fonte provedora da renda familiar, que na região, baseia-se prioritariamente na agricultura de subsistência combinada com o extrativismo vegetal.

Ao analisar os resultados referentes ao potencial empreendedor observou-se, na amostra, um perfil acentuado de mulheres empreendedoras o que sinaliza para um possível diferencial nessa região do Baixo Tocantins. Isso pode ser atribuído, em alguma medida, ao nível de organização social por parte dos produtores em particular das mulheres empreendedoras nos municípios analisados, contribuindo também para o aumento do empoderamento e conseqüente ampliação da participação delas nas decisões de produção e comercialização.

É importante ressaltar que os investimentos em capital humano, em particular com a ampliação da participação da mulher agricultora de forma efetiva, e em iniciativas empreendedoras podem viabilizar os sistemas produtivos locais com introdução de inovações. Contribuindo também, de forma geral, com a redução de lacunas gênero, e a ampliação de sua presença em cargos decisivos em relações horizontais poder, com ganhos importantes para a economia e o desenvolvimento local.